

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**OS DESLOCAMENTOS DO LEÃO: UMA ANÁLISE DA  
TRAJETÓRIA DO MÉDICO SEBASTIÃO LEÃO EM UM  
CONTEXTO RACIALIZADO – PORTO ALEGRE DE 1866  
ATÉ 1903**

Raquel Braun Figueiró

Orientador: Benito Bisso Schmidt

Porto Alegre, 29 de junho de 2007.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central entender a trajetória de Sebastião Leão enfocando a sua produção intelectual e, a partir dela, a apropriação que fez das teorias raciais vigentes em sua época. Para isso, se realizou uma análise de suas colocações e deslocamentos ao longo da vida visando entender o lugar social ocupado por ele, bem como sua trajetória profissional e pessoal. Foi necessário entender quais aspectos do contexto em que ele vivia se relacionavam com seus percursos individuais. Nesse sentido, se abordou a relação do governo estadual com a formação do campo intelectual gaúcho, em especial aquele da medicina, e a constituição das teorias raciais e da medicina legal. Como referencial teórico, os conceitos centrais usados foram: apropriação, de Certeau; trajetória, campo e marca de distinção, de Bourdieu; raça e racismo, de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães; e intelectual, de Gramsci. Ao final da pesquisa visualizou-se a atuação dinâmica da vida de Sebastião Leão, como ele atuou na formação de um campo intelectual médico e como se apropriou de forma relativamente original das teorias raciais em voga naquela época.

Palavras-chave: Apropriação – Trajetória – Teorias raciais

## AGRADECIMENTOS

Assim como a trajetória de Sebastião Leão, a minha (e a do trabalho que se segue) não é isolada do contexto em que eu vivo e nem deixa de ser influenciada pelas pessoas ao meu redor. Sendo assim, gostaria de agradecer, primeiramente, ao professor Benito, em razão da dedicação que ele dispõe à atividade docente, estando sempre disposto a pensar e a repensar a construção do conhecimento da melhor maneira possível, para, assim, ter uma relação ensino-aprendizagem aprofundada e eficiente. Gostaria de agradecer a minha mãe, pelo apoio ao longo da minha vida, por sempre me fazer erguer a cabeça nas dificuldades que cada projeto impõe e por sempre me incentivar a ler e a estudar – mesmo que ela não tenha tido a mesma oportunidade e nem o mesmo tempo que eu para essas atividades. Agradeço ao meu pai por sempre apoiar os meus estudos. Agradeço às minhas amigas e aos meus amigos do fundo do coração: pelo carinho, pelas risadas, pelas conversas enriquecedoras, pelas broncas, pelos ombros, pelo apoio. Em especial, gostaria de agradecer a Larissa Grisa (uma irmã que a vida me deu), a Pig, a Cecília, a Bercht, a Marla, a Nôva Brando, a Tati, a Gaga e a Fê Stürmer, pela sinceridade, pelo companheirismo e por me fazerem desconstruir certezas através de seus questionamentos indagadores sobre diversos aspectos importantes das nossas vidas, entre eles, a compreensão dos processos históricos. Gostaria também de agradecer ao meu parceiro na vida, Bernardo. Agradeço ao gatinho pelo apoio, pela ajuda com a escrita e pelo companheirismo. Por último, gostaria de agradecer a todas as pessoas aqui citadas (e aquelas que por ventura possa ter esquecido) por, de alguma forma, me fazerem dar importância a outros valores da vida que não ao dinheiro e às trocas materiais, valores esses que vão desde o conhecimento até a amizade e o amor sinceros e verdadeiros.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	05
1 A TRAJETÓRIA DE VIDA DE SEBASTIÃO LEÃO: DESLOCAMENTOS E COLOCAÇÕES .....	14
2 QUANDO OS CAVACOS MÉDICOS COMEÇAM A TOCAR! A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE SEBASTIÃO LEÃO E SUAS COLOCAÇÕES NA FORMAÇÃO DO CAMPO MÉDICO RIO-GRANDENSE .....	27
3 QUANDO O LEÃO E A CORUJA SE APROPRIAM DAS TEORIAS RACIAIS .....	36
CONCLUSÃO .....	49
REFERÊNCIAS .....	50

## INTRODUÇÃO

Como um indivíduo traça sua vida no transcorrer do tempo? De que maneira as decisões e a trajetória vão sendo delineadas em articulação com o contexto em que se vive? Como podemos entender um aspecto específico da sociedade através de uma trajetória? Alguns desses questionamentos são recorrentes ao pensar o papel do indivíduo na história. Não se pretendeu nesse trabalho, obviamente, achar a solução para esses dilemas seculares, mas apontar e refletir a partir de uma temática e de uma pessoa específicas sobre tais questões.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a trajetória do médico Sebastião Leão no contexto porto-alegrense, a partir da fundamentação teórica fornecida por Pierre Bourdieu. Em complemento, torna-se imprescindível utilizar o conceito de intelectual oriundo da obra de Antonio Gramsci, para realizar uma análise mais completa da trajetória do médico. Buscou-se investigar o lugar social ocupado por ele entre a elite porto-alegrense. A pretensão é situar eventos que mostrem a dinâmica do grupo social do qual fazia parte Sebastião Leão, com quem ele dialogava e, especialmente, os lugares que ocupava, para conseguirmos vislumbrar melhor o contexto em que o médico da Casa de Correção de Porto Alegre realizava seus escritos e como se apropriava das teorias raciais em voga na Europa e nos Estados Unidos naquele momento. A partir disso, elaborou-se a seguinte questão: **como entender o lugar social ocupado por Sebastião Leão a partir da sua trajetória de vida, com enfoque na sua produção intelectual e na apropriação das teorias raciais realizada por ele?**

O presente estudo tem importância para a pesquisa em desenvolvimento<sup>1</sup> que visa compreender como ocorreu a apropriação das teorias raciais na obra do referido médico, entre 1895 e 1903. Foram dois os seus escritos fundamentais que se relacionam com a temática das teorias raciais do século XIX (os quais serão analisados no capítulo 3 da presente monografia): primeiro, um estudo de antropologia criminal feito com os presos da Casa de Correção da capital gaúcha, no ano de 1897; segundo, escritos históricos realizados para o jornal *Correio do Povo*<sup>2</sup>, entre 1895 e 1903. Esses últimos referem-se à história do Rio

---

<sup>1</sup> O Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado brotou de questionamentos referentes ao mestrado em andamento que realizo no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da professora Giselle Martins Venâncio, cujo tema é a apropriação das teorias raciais através da obra de Sebastião Leão.

<sup>2</sup> O jornal *Correio do Povo* foi fundado por Caldas Junior em 1895 e existe até hoje, sendo o segundo maior do RS. Fica atrás apenas do jornal *Zero Hora*, periódico da filial da rede Globo no estado, a RBS. Na última década,

Grande do Sul desde a chegada dos europeus à região até o momento em que ele escreve sob o pseudônimo de Coruja Filho.

Sendo assim, como já foi dito, o objetivo central é analisar o lugar social ocupado por Sebastião Leão no contexto porto-alegrense, a partir da fundamentação teórica fornecida por Pierre Bourdieu (1975, 1996, 2004), no que se refere à concepção de ilusão biográfica. Outros conceitos importantes desse autor para entender a trajetória daquele agente seriam os de: marcas de distinção, posição de classe, situação de classe e campo. Há de se atentar ao fato de que Bourdieu rejeita o uso do termo “sujeito”, em virtude de sua ligação com a tradição da filosofia do sujeito, optando por enfatizar o conceito de “agente” que envolve a amplitude das suas percepções acerca da agência individual na sociedade. Ao longo de sua obra, Bourdieu estuda diversos aspectos do mundo social. Uma das questões fundamentais que a perpassa é entender as relações entre agente e sociedade. Por meio do *habitus*, o autor explica como o indivíduo interioriza o mundo exterior do qual faz parte e como realiza o caminho inverso, de exteriorizar sua interiorização. O sociólogo pretende fugir da oscilação contumaz entre o objetivismo e o subjetivismo. Nesse contexto, a base para a compreensão do espaço social é entendê-lo como um aglutinado de posições distintas, mas coexistentes, as quais são definidas umas em relações às outras, porém exteriores umas às outras. Para o autor, a ciência se faz ao se investigar um contexto empírico específico, atentando para as relações que o permeiam.

Com essa inspiração, buscou-se investigar o lugar social ocupado pelo médico Sebastião Leão entre a elite porto-alegrense. O termo elite foi concebido através da concepção de Heinz (2006), correspondendo a um grupo que detém o poder, no qual se torna necessário o entendimento dos mecanismos que possibilitam aos indivíduos alcançarem e se manterem no poder, em cada sociedade específica.

Sobre a vida de Leão não se pretende traçar um caminho coerente e linear, pois talvez nem exista tal coerência nas vidas dos homens e mulheres ao longo de suas existências. A pretensão é situar eventos que expressem o grupo sócio-político do qual fazia parte e como se apropriava do racismo científico em voga naquele momento. Ao relacionar essa trajetória com as teorias raciais, vale assinalar que essas não eram algo acima dos homens, que se impõem sobre eles. Elas faziam parte das representações coletivas de muitos homens que as afirmavam e davam consistência a essa idéia de classificação e hierarquização racial dos seres humanos. Nesse sentido, foi importante ter como base para a análise aqui efetivada os

conceitos de *raça* e *racismo*, de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Esses estão relacionados entre si. Guimarães considera *raça* como sendo:

Um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de 'raça' permite [...], tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (GUIMARÃES, 1999, p. 09).

No caso da problemática proposta, a *realidade social* comporta, de maneira destacada, a produção da elite intelectual do período, sob a perspectiva da apropriação das teorias raciais aceitas no mundo ocidental para hierarquizar indivíduos conforme sua cor de pele e origem étnica. Criava-se, dessa forma, bases científicas para o preconceito de cor, o racismo. Guimarães define que *racismo* é “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (1999, p. 09). Nesse caso, o *racismo* naturalizaria a diferenciação entre negros e brancos. A diferenciação de tais traços apenas “têm significados no interior de uma ideologia preexistente [...] e, apenas por causa disso, funcionam como critérios e marcas classificatórios” (GUIMARÃES, 1999, p. 44). A conclusão é de que, “em suma, alguém só pode ter cor e ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais” (GUIMARÃES, 1999, p. 44). A pesquisa aqui realizada pretende contribuir para o entendimento das bases dessa ideologia.

Portanto, o presente trabalho terá como embasamento o estudo de um intelectual inserido num contexto que leva em consideração as teorias raciais produzidas na Europa e nos Estados Unidos. Nesse cenário, o conceito de *raça*, conforme explicita Guimarães (1999), é fruto de uma construção social que discrimina as pessoas devido às características físicas ou culturais, que apenas fazem sentido dentro de uma sociedade racista. Eis um período de esforços convergentes em diversas partes do mundo para consolidar essas teorias raciais. No caso de Porto Alegre, havia indivíduos, envolvidos tanto com a ciência quanto com a política, entre outros âmbitos, pondo em prática ações relacionadas com a afirmação dessas teorias raciais (ou seria mais adequado chamá-las de racistas).

Outro conceito chave para esse trabalho é o de apropriação, de Certeau (1994). Para o autor, todas as pessoas têm atitudes táticas e estratégicas deliberadas e conscientes dentro de um espaço limitado e condicionante. Os indivíduos estão sempre realizando ações inventivas,

mesmo que essa inventividade varie conforme o lugar ocupado por cada pessoa. A partir disso, Certeau trabalha com a ideia de consumo, considerando-o como algo inventivo. Essa “criatividade” do consumo pode ser uma forma de se opor, aceitar ou negociar com o objeto consumido. No caso de Leão, ele ora negocia ora aceita as obras lidas por ele. Ou seja, há a apropriação do que se consome. O consumo para Certeau é diferenciado entre tática e estratégia, as quais são ações subjetivas e não objetivas. A primeira se refere ao poder de escolha dentro de uma gama de possibilidades e a segunda à viabilidade de elaborar um contra-discurso em relação ao outro que impõe algo. A possibilidade de transformação está na estratégia, podendo haver brechas nos mecanismos de dominação para ações políticas. Por exemplo, o ato de ler permite a liberdade de quem o pratica mesmo que quem produza o texto deseje estabelecer uma forma verdadeira de interpretação. O que o autor nos demonstra é que a absorção das idéias ocorre de modo a tornar o texto consumido semelhante ao que se é, tornando-o próprio, se apropriando e re-apropriando dele.

Dando sequência a essa introdução, faz-se necessário realizar uma revisão historiográfica sobre a relação que um agente constrói com seu tempo e os cuidados necessários para se fazer a escrita da vida de uma determinada pessoa. Essas relações aproximam-se com questões colocadas pelo estudo de biografias históricas, as quais nos dão elementos para pensar a vida e a obra de Sebastião Leão.

No século XIX existia um grande debate a respeito do indivíduo na história, o qual repercutia na escrita do gênero biográfico. Nessa época, surgiu uma forma de historicidade preocupada em fazer previsões sobre o futuro da humanidade. Nesse sentido,

É nessa concepção “futurista”, base da ideologia do progresso, que se apóiam algumas das grandes filosofias da história do século XIX, como o positivismo e o marxismo. Em ambas, as transformações históricas aparecem como produtos de forças impessoais, leis naturais e imutáveis, cabendo ao indivíduo uma ínfima margem de atuação (SCHMIDT, 2011, p. 190).

Em razão desse peso dado às estruturas, a historiografia daquele século não teve a biografia como mote principal de seus escritos, enfatizando como sujeito histórico entidades coletivas, despersonalizadas, como: estado, nação, povo, raça, etc. Contraditoriamente, porém, o século XIX marcou o triunfo do eu e do individualismo, expresso especialmente na Literatura. Não é sem razão que a primeira geração dos *Annales* priorizou o estudo do coletivo e a forma como cada contexto tem uma mentalidade específica.

Após a década de 1950 há o avanço da metodologia serial e quantitativa nos estudos históricos, ofuscando a ação de cada indivíduo. A biografia ficou quase sem espaço na historiografia. Apenas a partir da década de 1980, há um retorno ao gênero biográfico em

razão da crítica feita ao paradigma estruturalista. A chamada terceira geração dos Annales, como enfoca Schmidt (1996, p. 172), faz a biografia não só dos “grandes homens”, mas também de pessoas comuns, “anônimas”. Essa noção de biografia de grandes homens remonta ao período da Revolução Francesa, quando se biografava aquele homem que se sacrificava pela pátria e pela humanidade, servindo de exemplo para os demais membros da sociedade.

No caso da terceira geração dos Annales, a história-problema segue sendo o mote para a escrita histórica. Neste momento, também os marxistas britânicos retomaram a biografia sob um enfoque diferente, ao “resgatar o papel da ação individual nos processos históricos como forma de se questionar o determinismo do marxismo estruturalista” (SCHMIDT, 2011, p. 193). Sublinhem-se ainda a micro-história italiana e a psico-história, duas correntes historiográficas que renovam o gênero biográfico. Entretanto, a biografia linear tradicional ainda existe, sobretudo nas produções não-acadêmicas.

As análises biográficas atuais, mesmo guardando especificidades teóricas, apresentam algumas aproximações. Para Schmidt, tais aproximações circundam o intento de entender a ligação entre indivíduo e contexto, sem pender nem para o individualismo e nem para a ação estrita das estruturas sobre os sujeitos. Os biografados não são apenas grandes homens, mas também homens comuns. Há uma aproximação entre os textos de biografia histórica e os literários, e procura-se entender os indivíduos como seres dinâmicos e não apenas seus feitos notáveis (SCHMIDT, 1996, p. 180). A chave da biografia reside em entender a complexidade da multiplicidade e da unicidade da vida nas vicissitudes do tempo.

Nas biografias atuais a ideia é romper com a visão linear e coerente de uma vida e com isso “explorar todas as potencialidades do gênero, aproximando-o da multifacetada existência concreta dos homens” (SCHMIDT, 1996, p. 185). A presente pesquisa visa entender algumas das facetas de Sebastião Leão, principalmente aquelas referentes à sua relação com as teorias raciais vigentes na sua época. Não parece interessante caracterizar Sebastião Leão como um simples reflexo das estruturas ou de um “contexto” a ele exterior. Ele tinha sua margem de ação e liberdade como todos os indivíduos têm, embora com graus diferenciados, mesmo que não pudesse se exaurir completamente do fato de ser um homem de seu tempo. Um exemplo disso é o fato dele reproduzir tanto em seu discurso médico, quanto no discurso histórico, as concepções de classificação racial dos detentos, mas tendo uma margem para contrariar as teorias de Lombroso<sup>3</sup>. Isso não quer dizer também que ele não poderia negar que os seres humanos são divididos racialmente (claro que, nesse caso, talvez seus escritos nem tivessem

---

<sup>3</sup> Médico legal e antropólogo italiano, que estabeleceu existir um motivo hereditário e atávico para a existência do criminoso nato. Estudar-se-á melhor esse tema no capítulo 3.

chegado com tanta facilidade até os dias atuais). Ele poderia negar a hierarquização racial que essa concepção enseja, mas não o fez. Exemplos discordantes desse ideal racial majoritário entre as elites pensante seriam as concepções de Alberto Torres e Manuel Bomfim. Como explica Munanga, ambos os autores discordavam das doutrinas raciais hegemônicas na época (1999: 60-63). Ambos buscavam em causas sócio-históricas e não raciais o atraso do Brasil. Ou seja, havia outras possibilidades de se pensar as raças e as determinações no momento em que viveu Leão. Nesse sentido,

[...] deveríamos indagar mais sobre a verdadeira amplitude da liberdade de escolha. Decerto essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo no entanto uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores. Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação (LEVI, 1996, p. 179-180).

Tendo em conta essa ideia, acredita-se ser possível aos indivíduos questionar ou reproduzir injustiças, verdades ou formas de pensamento. No caso de Sebastião Leão, ele parece reproduzir certas “verdades históricas” que reforçam a hierarquização das pessoas por raça. A reprodução de lugares sociais racializados para cada sujeito possibilitou a permanência de um racismo estrutural na sociedade brasileira. Não se pretende, igualmente, afirmar que o sujeito histórico é extremamente racional em suas escolhas, mas indagar essa relação entre liberdade de ação e normas e lugares sociais historicamente estabelecidos.

Ainda sobre a escrita de biografia, é válido lembrar a crítica feita por Pierre Bourdieu ao método da sociologia em que a entrevista expressaria a história de vida tal como ela é. Na visão do sociólogo francês, em tal concepção,

[...] essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que é também lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo (BOURDIEU, 1996, p. 184).

O autor evidencia nessa perspectiva a necessidade da busca por uma identidade coerente que ganha respaldo no mundo social,

[...] que tende a identificar a normalidade com a identidade entendida com constância em si mesmo de um ser responsável, isto é, previsível ou, no mínimo, inteligível, à maneira de uma história bem construída (por oposição à história contada por um idiota), [e que] dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu (BOURDIEU, 1996, p. 186).

Na tentativa de exemplificar esse respaldo no mundo social de uma busca por um eu unificado, Bourdieu dá o exemplo do nome próprio como elemento identificador. O nome é

constante e dura por toda a vida e em todos os campos em que cada pessoa atua. De acordo com o autor: o nome próprio apenas poderia “atestar a identidade da *personalidade*, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração” (BOURDIEU, 1996, p. 187).

A partir dessas assertivas, coloca-se a questão referente à utilização do pseudônimo Coruja Filho por Sebastião Leão adotado por ele ao escrever suas crônicas históricas. Será que isso significava uma tentativa de rompimento com essa institucionalização do eu uniforme e coerente ou era apenas uma moda da época? Será que ao usar o pseudônimo Coruja Filho ele experimentava ser outra pessoa que não o médico Sebastião Leão (embora, como veremos no capítulo 3, guardasse com esse algumas semelhanças)? Ou experimentava ser o professor Coruja que existiu antes dele, tentando ser alguém que realmente viveu no passado? O pseudônimo não seria uma forma de fugir desse eu coerente explorando outros agentes presentes numa mesma pessoa biológica? Diante disso, cabe refletir que, mesmo se o cronista Coruja Filho pretendesse não ser Sebastião Leão, o que fica de legado é ser esse o pseudônimo de Sebastião Leão, ou seja, uma de suas facetas.

Uma analogia necessária nessa reflexão sobre o pseudônimo é o fato de que os acontecimentos de uma vida ocorrem através de “*colocações e deslocamentos* no espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 190). Pode-se sugerir que, ao mesmo tempo em que Leão se colocava socialmente como médico de carreira, também se deslocava para escrever sobre história. Deslocamento em relação a quê? Ou seriam apenas deslocamentos numa trajetória que não tem um parâmetro para se deslocar, pois não é uma linha contínua e coerente para que isso possa ocorrer.

Salienta-se ainda que as pessoas fazem parte de diversas esferas sociais, as quais são interdependentes umas as outras, como bem enfatiza Norbert Elias, ao afirmar que:

Como veremos estas visões tradicionais [o ego particular, rodeado de estruturas sociais] serão substituídas por uma visão mais realista das pessoas que, através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependências ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados (ELIAS, 2005, p. 15).

Ver-se-á como Sebastião Leão fazia parte de diferentes redes sociais que, de alguma forma, se inter-relacionavam. Em função disso, não se deve desumanizar as estruturas sociais, porém entendê-las como formadas por seres humanos. Torna-se necessário atentar que “as forças sociais são forças exercidas por pessoas sobre si mesmas e sobre os outros” (ELIAS, 2005, p. 20) e não exteriores a elas, mesmo que o peso verbal e conceitual de certos termos

sociológicos dificulte tal percepção. Deve-se, pois, analisar a atuação de Leão nas diversas esferas da sociedade e concebê-las como relacionadas umas as outras, já que a totalidade das relações humanas representa a interação dialética das categorias sociais, sendo todas partes essenciais para a formação da realidade social.

No que diz respeito à produção intelectual de Sebastião Leão, a partir de quatro livros pesquisados sobre “pessoas de destaque na sociedade”, sabe-se um pouco mais a respeito desse aspecto da sua vida: o de Aquiles Porto Alegre, com segunda edição em 1917; o de Ari Martins, escrito em 1978; o de Sérgio da Costa Franco, de 2006; e a obra organizada por Regina Campos, de 2001. São livros que destacam principalmente o aspecto profissional da vida desse porto-alegrense, de forma linear. O primeiro teve sua primeira edição quase contemporânea ao período em que o autor viveu e ilustra bem um tipo de história que elege certos homens como dignos de serem biografados. Já os outros três livros têm o propósito de guia, desde um tema definido, sendo esses temas os escritores do Rio Grande do Sul, a história de certos lugares e pessoas de Porto Alegre e os Psicólogos do Brasil, respectivamente. Eles têm, especialmente, o caráter de orientação factual para o leitor e para o pesquisador. Essas leituras indicam algumas atividades exercidas por Leão, bem como a produção do sujeito pesquisado. Com exceção da obra de Regina Campos, todas as demais citam a sua atuação na imprensa. Consegue-se saber através delas que Sebastião Leão atuou para os seguintes periódicos: como revisor da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 1883 e 84; enviou correspondências do Rio de Janeiro para o jornal *A Reforma* (sem referência à data); e atuou como revisor nos jornais porto-alegrenses *Gazeta da tarde* e *Gazeta Americana* (1892 até 93). Escreveu ainda matérias para os jornais *O Dia*, de 1894 até 95, *Correio do Povo*, de 1895 até 1903, e *Revista da Sociedade de Medicina*, sendo eleito diretor dela em 1893. Também foi diretor da *Revista Médica de Porto Alegre*, na qual estariam conservados diversos estudos seus. Como médico é possível elencar as seguintes obras: *Da intervenção operatória dos traumatismos do cérebro e da medula*, tese de doutoramento de 1888; *Subsídios para o estudo clínico da neurastenia*, de 1893; e *A criminologia moderna*, de 1897. Também escreveu *Cavacos Médicos*, série de artigos com conselhos sobre higiene para o jornal *Correio do Povo* a partir 26 de agosto de 1900. Por fim, foi possível listar os seus escritos realizados como cronista histórico, nos quais ele escreveu sobre a história do Rio Grande do Sul, sendo eles: *Datas rio-grandenses*, uma cronologia histórica escrita entre 1895 e 1903 para o jornal *Correio do Povo* e publicada em livro postumamente; as *Escavações Históricas*, artigos memorialistas escritos no mesmo jornal entre os anos de 1897 e 1903; a crônica publicada postumamente no *Almanaque Histórico e*

*Estatístico do RS*, em 1912, intitulada *Porto Alegre Velho: Os primeiros Açorianos*; e, ao morrer, trabalhava em *História da cidade de Porto Alegre*, que foi parcialmente publicado na imprensa através dos escritos *Escavações Históricas*. Como já foi dito, seus escritos históricos são assinados sob o pseudônimo de Coruja Filho. Devido à extensão dessa produção, e aos limites próprios a um TCC, apenas alguns desses escritos serão analisados na presente monografia: aqueles que ilustram a sua apropriação das teorias raciais.

A listagem dos escritos históricos sobre Sebastião Leão faz refletir sobre a utilidade dos textos biográficos de viés tradicional ou dos guias históricos para a historiografia atual. Eles auxiliam, sobretudo, por indicarem uma lista significativa de fontes (sempre sujeitas à verificação), possibilitando aos historiadores conhecerem obras e fatos.

Para entender a trajetória de Sebastião Leão e a apropriação das teorias raciais por ele utilizadas se usou como fontes, além das obras “tradicionais” citadas acima, primeiro, alguns dos textos produzidos por ele: o Relatório do Doutor Sebastião Leão, médico da Polícia, anexo ao Relatório da Secretária de Estado dos negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul de 1897; o livro de Coruja Filho *Datas Rio-Grandenses*; a tese de doutoramento do médico intitulada *Da intervenção operatório nos traumatismos do cérebro e da Medulla*; e o álbum fotográfico *Os criminosos do Rio Grande do Sul*, organizado pelo Dr. Sebastião Leão, em sua Oficina de Antropologia Criminal. Segundo, foram usados documentos institucionais: o *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilho presidente do estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abott secretario de estado dos negócios do interior e exterior em 30 de julho de 1895* e um processo-crime de um detento analisado por Leão. Terceiro, os jornais *Correio do Povo* e *Gazeta Americana*. Quarto, a bibliografia secundária de historiadores gaúchos que indicam fontes e fatos referentes à sua trajetória, principalmente textos de Sandra Pesavento (2009) e Paulo Moreira (2001).

Tendo em vista o que foi disposto nessa introdução e em razão da problemática proposta, a divisão dos capítulos organizou-se da seguinte forma: no primeiro foi examinada a trajetória de vida de Sebastião Leão, atentando para seus deslocamentos e colocações no espaço social; no segundo, a atenção voltou-se para sua atuação médica e a relação dessa com a constituição de um campo intelectual em formação naquele período; terceiro, a análise teve por foco a apropriação das teorias raciais em sua obra como médico da Casa de Correção e como cronista histórico.

## **1 A TRAJETÓRIA DE VIDA DE SEBASTIÃO LEÃO: DESLOCAMENTOS E COLOCAÇÕES**

Nesse capítulo se abordará as colocações e deslocamentos de Sebastião Leão ao longo de sua vida. Para isso, é preciso pensar os espaços de atuação que ele percorreu, de maneira a entender a multiplicidade e a dinamicidade da vida desse indivíduo, bem como sua unicidade. Também é possível pensar o que permitiu que o médico seguisse essa trajetória, sem se limitar as suas vontades individuais e nem cair em uma explicação meramente estruturalista.

Sebastião Leão nasceu em Porto Alegre, em 20 de janeiro de 1866, e morreu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1903. Era filho de Maria Emília de Carvalho Souza Leão e do comerciante Tenente-Coronel José Manuel de Leão. Era ainda afilhado de Manuel Joaquim Carvalho e Freitas (seu avô materno) e de Mafalda Rita de Jesus (sua avó paterna). O avô paterno dele foi o Coronel José Manuel de Leão, o qual morreu em combate durante a Guerra dos Farrapos. Era natural de Laguna e foi comandante da Guarda Nacional do Triunfo.

O pai de Sebastião Leão morreu em junho de 1882, deixando oito filhos menores, entre eles Sebastião, que era o mais velho e contava então com 18 anos de idade. Ao ficar viúva, Maria Emilia teve que requerer ao Juiz de Órfãos para ser tutora de seus filhos. Transcorrida a ação legal foi sendo considerada capacitada para a tutoria. Imagine ser uma mãe “uma mulher sem marido” em 1882! Caso ela não se adequasse às normas sociais vigentes, ou ao menos parecesse não se adequar aos olhos da Justiça, Leão poderia ter tido como tutor outra pessoa e sua vida seria totalmente diferente. Foi uma das tantas possibilidades de trajetória que se abriu para ele ao longo da vida.

A herança do senhor José Leão foi inventariada no ano seguinte. Entre parcela de uma casa de negócios, 10 terrenos pequenos, 05 terrenos grandes, uma ação na Companhia de Seguros Contra Fogo e móveis, o montante perfazia “a avultada soma de 38:104\$320 réis, sendo ainda depositado na caixa dos órfãos 4:763\$040 réis para cada um dos oito menores, o que permitiu o sustento da família, inclusive o financiamento dos estudos de Sebastião Leão no Rio de Janeiro” (MOREIRA, 2001, p. 19).

Essa situação econômica privilegiada da família de Sebastião Leão foi primordial em sua trajetória profissional. Permitiu-lhe escolher a profissão que seguiria, já que era necessário gozar de uma condição financeira favorável para cursar uma faculdade de medicina, tanto pelo custo dessa formação, quanto por não precisar começar a trabalhar muito jovem. Leão fazia parte de um grupo social privilegiado na hora de escolher uma atividade profissional.

Afinal, como elucida Gramsci, em afirmação que, embora formulada para outro contexto, se adéqua ao caso estudado:

[...] na situação atual de divisão social das funções, alguns grupos têm limitações em sua escolha profissional (entendida em sentido lato), decorrente de condições econômicas diversas (a impossibilidade de espera) e técnicas (cada novo ano escolar modifica as disposições gerais nas quais deve escolher a profissão). (GRAMSCI, 1979, 152).

Leão já partiu de uma situação confortável para escolher seu futuro profissional. Realizou os cursos preparatórios em Porto Alegre em 1881 e morou como estudante no Rio de Janeiro entre 1882 e 1888 para cursar a faculdade. Sua morte ocorreu aos 37 anos de idade, deixando Julieta Felizardo de Leão viúva e uma filha de dois anos. Ao morrer, morava na Rua Duque de Caxias, número 244, no centro de Porto Alegre, e não acumulou bens ou capitais como os de seu pai. Conforme Moreira

Quando morreu, na manhã de 10.02.1903, uma multidão estimada por Porto Alegre em dez mil pessoas, acompanhou o cortejo fúnebre. No registro de seu sepultamento não consta a “*causa presumível da morte*”, mas o jornal A Federação informou que ao assistir um paciente o Dr. Leão recebeu um *golpe de ar* e passou a queixar-se de uma *pontada*, sendo ministrada morfina desde o princípio para atenuar as “*dores e opressão horríveis*” de que se queixava. (2001, p. 23).

Através dessa comoção popular, percebe-se que Leão era conhecido e prestigiado entre a população. É, portanto, possível considerá-lo como um dos “médicos da cidade”. A perpetuação da memória desse porto-alegrense pode ser verificada hoje pelo fato de ele nomear uma rua do bairro Azenha, na capital gaúcha (FRANCO, 2006, p. 241).

Leão ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882 e formou-se em 1888. Enquanto residiu no Rio de Janeiro,

[...] desempenhava os encargos de interno da 1ª classe no hospital de Santa Casa de Misericórdia do Rio, lugar adquirido por concurso em 1884, e os de interno da clínica de moléstias de crianças da Faculdade, também alcançado por brilhante concurso em 1886, e ainda as funções de chefe de clínica de moléstias de mulheres na Policlínica Geral e ajudante de preparador de cadeira de operações da Faculdade. (PORTO ALEGRE, 1907, p. 134)

Sendo assim, aproveitou a oportunidade para investir na sua formação a partir de diversas experiências; essas também deviam ser uma forma de obter dinheiro para alcançar um melhor padrão de vida. Ao terminar o curso retornou para Porto Alegre e passou a trabalhar na área de saúde pública e atuar em entidades voltadas à consolidação da classe médica porto-alegrense. Além disso, outras atividades marcaram a sua atuação profissional. Em 1892, ele clinicava em Porto Alegre, como se sabe através de notícia do Jornal *Gazeta*

*Americana*, de 31 de dezembro do mesmo ano: “O hábil medico Sr. Dr. Sebastião Leão, formado pela Academia de medicina do Rio de Janeiro dá consultas de 1 ás 2 horas da tarde, na pharmacia Providencia, e reside á Rua Dr. Flores n. 59 D.” (GAZETA AMERICANA, 1892, p. 01). Em 1895, tornou-se médico legista da polícia e, como já foi dito, em 1898, Secretário Geral da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. Como médico da Casa de Correção produziu, em 1897, um estudo com os detentos com base nos pressupostos da antropologia criminal do período. Leão trabalhou na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, foi professor das faculdades de Medicina e de Direito da mesma cidade.

Fora a sua atuação na área médica, sua trajetória o deslocou para outros espaços. Nesse sentido, foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras em sua primeira fase, da qual foi fundador em 1901. Em 1895, em conjunto com Caldas Junior, participou da fundação do jornal *Correio do Povo*. Inclusive, nesse jornal, escreveu crônicas históricas denominadas *Datas Rio-Grandenses e Escavações Histórica*, sob o pseudônimo de Coruja Filho. Por tais escritos, talvez, se possa considerar Leão historiador, além de médico. O pseudônimo Coruja Filho utilizado por Sebastião Leão podia ser uma referência ao professor Coruja ou ao seu filho, o Comendador Coruja, sendo mais provável referir-se ao primeiro. O nome do professor Coruja era Antônio Álvares Pereira Coruja e do Comendador, Antônio Álvares Pereira Coruja Junior. O professor Coruja nasceu em Porto Alegre, em 1806, e morreu no Rio de Janeiro, em 1889. Ele nasceu de família pobre, ao longo da vida chegou a enriquecer, mas morreu em dificuldades. Curioso notar a diferença de classe entre o Professor Coruja e Sebastião Leão. Aquele que veio de família pobre pôde se tornar professor e o que veio de família com bens se tornou médico. Nesse cenário, seria possível o professor Coruja virar médico, profissão até hoje de difícil acesso para indivíduos provenientes de famílias pobres?

Como professor, Antônio Álvares Pereira Coruja escreveu diversos livros didáticos, sendo seus compêndios uma referência nas escolas elementares. Um escrito interessante dele foi o livro de memórias intitulado *Antigualhas. Reminiscências de Porto Alegre*, que se compõe de várias séries publicadas ao longo da década de 1880. As *Antigualhas* foram memórias escritas por ele quando morava no Rio de Janeiro, no fim de sua vida, nas quais recordava uma Porto Alegre de outros tempos, só existente na sua memória. Quando Coruja escreveu suas memórias, “A materialidade da *urbs* mudava, as sociabilidades se transformavam, e, no plano das sensibilidades, os cidadãos do final do século tinham novas exigências e percepções” (PESAVENTO, 2004, p. 183). Esse texto de Coruja reconstrói na memória dos leitores uma cidade que só existe no passado, posto que na virada do século XIX para o XX ela era totalmente diferente daquela narrada pelo professor, e passava por

remodelações ligadas ao discurso higienista, ao crescimento populacional, às novas edificações e às modernidades advindas daquela época. Por outra via, Sebastião Leão, ao escrever sobre a história do Rio Grande do Sul e sobre a chegada dos açorianos, também recriou uma Porto Alegre de outrora, ajudando a configurar no final do século XIX um imaginário sobre a antiga cidade e sobre a sua formação. Talvez tenha sido nessa vontade de contar a história de tempos idos que residia a escolha do pseudônimo de Sebastião Leão.

Além desses vieses de atuação em família, de médico e de historiador, cabe ressaltar que Sebastião buscava prestígio simbólico e projeção dentro dos meios sociais da classe médica que se consolidava e da elite da cidade. É possível deduzir que, ao morrer, ele vivia somente das rendas de sua profissão. Seu inventário listava basicamente seus honorários médicos, objetos pessoais e móveis. Julieta, ao ficar viúva e ver-se cheia de dívidas, vendeu os bens que possuía em leilão.

Durante a atuação de Sebastião Leão como médico-legista da polícia, ele conseguiu instalar uma Oficina de Identificação na Casa de Correção de Porto Alegre. O relatório, no qual ele faz uma análise, aos moldes da antropologia criminal dos presos desse cárcere, é resultado de um trabalho científico realizado nessa Oficina. Esse documento foi enviado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, João Abbott e, depois, anexado no relatório desse último ao Presidente da Província, Júlio de Castilhos, em 1897.

Em relatório de 1895, o secretário João Abbott já reclamava o estado lastimável da Casa de Correção e reivindicava que o Rio Grande do Sul devia obedecer às regras estabelecidas pelas últimas conclusões da criminologia. Ao se referir ao estabelecimento, logo no início do relatório, Abbott afirma que:

*A nossa cadêa é apenas um deposito de condemnados de toda espécie, e de simples detentos, ali vivendo promiscuamente na mais repulsiva communhão do crime, com grave prejuízo e damno para a sociedade, pois que não raro ali se vae completar a educação do scelerado, volvendo para ella, quando volta, correcto e augmentado com os conhecimentos adquiridos em tão edificante meio.*

*Um Estado como o nosso, que gosa dos foros de adiantado, não póde deixar de cuidar desde já da fundação de um estabelecimento penitenciário, que obedeça a toda as regras estatuídas pelas ultimas conclusões da criminologia.*

*Não menos urgente é a necessidade da criação de uma escola correccional, onde possam ter abrigo, ensino e educação os menores vadios, vagabundos e desvalidos. Não preciso apontar-vos aqui as vantagens de um estabelecimento dessa ordem, porque ellas ressaltam do seu enunciado. Basta dizer-vos que tal medida estancaria desde logo o inqualificável abuso das escravidões disfarçadas em tutorias, tão commummente observadas entre nós e de que são victimas tantas crianças que têm direito à protecção da sociedade. Educal-as e instruil-as é prevenir males futuros, é preparar o cidadão de amanhã. E' dever de todos os governos amparar a sociedade, procurando sempre e com cuidado melhorar as condições do meio. (1895, p. 5)*

Essa citação demonstra bem a preocupação de remodelação do sistema prisional pungente naquela época. A Oficina de Identificação era uma das mudanças que estavam sendo postas em prática. Abbott escreve sobre a necessidade de melhorar as condições do meio para aprimorar a sociedade ao se referir aos menores infratores. No mesmo relatório, Borges de Medeiros, então Chefe de Polícia, informa os objetivos de criar uma Oficina de Identificação na prisão, conforme já tinha se estabelecido em “todos países adiantados” (!). A oficina tomaria por base os métodos do médico parisiense Bertillon, os quais seriam aplicados pelo médico-legal da polícia, Sebastião Leão (1895, p.107-108). Borges estava à espera de materiais encomendados de Paris para finalizar a instalação da Oficina, na qual o ateliê fotográfico já se achava em funcionamento desde o mês de junho de 1895. Leão trabalhava no gabinete médico-legal da polícia desde março de 1895, criado por Borges aos cuidados de Sebastião Leão e João Damasceno Ferreira. Este último não exercia encargos nesse Gabinete, pois se achava encarregado do serviço da enfermaria da cadeia civil.

Com essas informações vislumbra-se a rede de relações que Leão mantinha com membros importantes do Partido Republicano Rio-grandense. Em conjunto com o Chefe de Polícia e o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, conseguiu encomendar material e executar o seu trabalho na Oficina de Identificação da Casa de Correção com o aval oficial. Essa rede de relações com figuras influentes das autoridades estatais apontava uma trajetória política ascendente do médico, interrompida por sua morte aos 37 anos.

Através das colocações de Leão explicitadas até aqui, atenta-se para as singularidades da vida de cada agente histórico, mas também para a dimensão coletiva da organização social. Para compreender melhor esse fenômeno social, Gilberto Velho utiliza os conceitos de projeto e de campo de possibilidades. Segundo o autor, campo de possibilidades seria o

[...] espaço para a formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades (VELHO, 1994, p. 40).

Esse suporte teórico ajuda a questionar mais ainda a margem de atuação de um indivíduo em uma sociedade específica. Pensando em Leão, ele tinha um campo de possibilidades para construir sua trajetória individual. Dentro dele moldou e seguiu um projeto que nos permite entender melhor a constituição da classe médica gaúcha, e o desenvolvimento da medicina legal e da antropologia criminal, no interior da remodelação do sistema prisional pelo qual passavam diversos países ao redor do globo. Sebastião Leão

também parecia ter um projeto de investir em símbolos de status e em relações interpessoais com membros da elite política gaúcha de forma a constituir um espaço de prestígio e notoriedade profissional e intelectual. Esse último projeto parece ter conferido as suas esposa e filha uma situação de instabilidade econômica, bem como pode tê-lo impedido de acumular uma avultada herança semelhante à de seu pai. Afinal, ao invés de tentar construir uma fortuna durável,

Boa parte dos rendimentos da família Leão era gasta em símbolos de status social, já que com o aluguel da casa na Duque de Caxias e de uma cocheira na rua Concórdia, ordenados de cocheiro, criados e guarda (além dos anúncios aos devedores), Julieta gastou 1:776\$60 réis. Premida pelas dívidas, a viúva vendeu todos os bens que possuía – inclusive utensílios domésticos – [...]. Vivendo do que ganhava como médico, professor e funcionário público, descontados os gastos com itens representativos de distinção social pouco sobrava para ser acumulado (MOREIRA, 2001, p. 22).

Vê-se a gama de projetos dispostos naquele contexto para que Sebastião pudesse seguir uma trajetória. A partir de escolhas, deslocamentos e determinações é possível entender como sua vida foi se constituindo. Não obstante, “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilhavam. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (VELHO, 1994, p. 41). Os projetos individuais sempre interagem com outros em um campo de possibilidade, de modo que projetos divergentes podem conviver em um mesmo contexto.

Pode-se problematizar um pouco mais o lugar ocupado por Sebastião Leão na estrutura social em que estava inserido, através de algumas proposições feitas por Pierre Bourdieu sobre as relações simbólicas. O autor traça os conceitos de posição e condição de classe que são ocupados pelo agente. No espaço entre ambos é que há a possibilidade de mudança e da ação do agente. O médico aqui estudado investia em bens e relações pessoais que lhe fornecessem uma distinção significativa no interior da sociedade porto-alegrense. Nas palavras de Bourdieu:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das *marcas de distinção*, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social [...] operando sobre os valores [...] necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a

autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural (BOURDIEU, 1975, p. 14).

Percebe-se como Sebastião Leão usava dessas marcas de distinção para manter uma rede de relações influentes com os poderes político e econômico. Isso estava explícito em sua intenção de manter um determinado padrão de vida que lhe permitisse prosseguir nessa posição na estrutura social à qual pertencia. O fato de ele ser um médico que cursou a sua faculdade no Rio de Janeiro também se transfiguraria numa *marca de distinção*, seja por ser um grau de escolaridade elevado para a época, seja por ser uma profissão restrita a indivíduos que tivessem condições econômicas para almejá-la. Sebastião Leão partilhava de uma “situação de classe” que lhe possibilitava ter chances específicas no mercado de bens e de trabalho. Dentro disso, ele se identificava por certa posição na hierarquia de honra e de prestígio, fazendo parte de um *grupo de status*, o qual se definia menos por um ter do que por um ser, como bem elucidou Bourdieu a partir de sua leitura de Max Weber: “As distinções simbólicas são sempre secundárias em relação às diferenças econômicas que as primeiras exprimem, transfigurando-as” (BOURDIEU, 1975, p. 15).

No caso de Sebastião Leão, as diferenças propriamente econômicas eram duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usar certos bens e uma dada maneira de agir para se manter nesse *grupo de status*. Os investimentos em tais atos simbólicos representam uma posição na estrutura social, pois “De fato, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção” (BOURDIEU, 1975, p. 17). As distinções simbólicas estão intimamente ligadas à situação econômica do *grupo de status* que elas representam. A saber, “a autonomização do aspecto econômico das ações nunca se realiza de maneira tão perfeita a ponto de fazer com que as ações mais diretamente orientadas para fins econômicos sejam totalmente desprovidas de funções simbólicas” (BOURDIEU, 1975, p. 23).

Observa-se o lugar de destaque ocupado por Sebastião Leão na sociedade porto-alegrense, não apenas no tocante às condições materiais de existência, mas também às relações simbólicas travadas com os demais portadores de marcas de distinção daquela sociedade, podendo entender essas marcas como subjacentes a sua posição de classe. A partir dessa posição ocupada por ele na estrutura específica, tornou-se capacitado para o desenvolvimento de estratégias para manter a sua posição específica.

Sob outro aspecto e em referência ao campo de possibilidades, nota-se que o pensamento de Leão integra o pensamento majoritário da elite brasileira da época. Conforme Pesavento:

Sebastião Leão prende-se à primeira geração de republicanos rio-grandenses, imbuídos do cientificismo da elite brasileira das últimas décadas do século XIX, que, por sua vez, é tributária do pensamento racionalista da Europa Ocidental. Embalada pela ideologia do progresso, pelas certezas da razão e pelo primado da ciência, essa elite pautava a sua visão do mundo pela busca de leis gerais e imutáveis, normativas da vida. O sucesso dos métodos das ciências naturais levava-os a desejar aplicá-los com igual objetividade aos fenômenos do social. Assim como o universo configurava-se como um todo orgânico, inteligível e harmônico, invocava-se a mesma ordem natural para a ordem social. Logo, a natureza humana e os comportamentos sociais eram mensuráveis e classificáveis, assim como podiam e deviam ser ordenados e controlados (PESAVENTO, 2009, p. 58).

A crença na ciência e no progresso era tributária, entre outras coisas, do advento de diversas teorias que transformaram a maneira de se perceber o mundo. Exemplos disso estavam disseminados em diversos ramos do conhecimento devido à antropologia criminal, de Lombroso e Lacassagne; ao evolucionismo, de Darwin; ao positivismo, de Comte; ao darwinismo social, de Spencer; e, inclusive, ao kardecismo, de Allan Kardec. A noção de progresso creditada a tais avanços científicos eram aclamados pelas elites, mas também pelo movimento operário, por exemplo, o que indica a sua disseminação na sociedade da época<sup>4</sup>. Conforme explica Schmidt, “[...] o positivismo era a grande moda intelectual da época, ao qual todas as teorias que se pretendessem científicas (leia-se “verdadeira” ou “corretas”) deveriam ajustar-se” (2001, p.117)

No Rio Grande do Sul, o positivismo de Augusto Comte penetrou através de vários níveis da sociedade e para sustentar diversas ideologias. Cabe fazer uma breve apreciação sobre o positivismo no Estado gaúcho. É importante falar em vários positivismos, devido às diversas funções e formas de abordá-lo. Nelson Boeira (2007), ao esquematizar os tipos de positivismo do Rio Grande do Sul, destaca três de suas atuações: o positivismo político, o positivismo religioso e o positivismo difuso. O positivismo político seria referente à prosperidade política que o comtismo desenvolveu a partir da constituição do PRR. Mesmo que essa utilização não tenha sido unânime, Boeira explica que “seja porque o comtismo trazia consigo a autoridade do cientificismo, seja porque faltava à maioria dos militantes republicanos embasamento teórico ou mesmo conhecimento das teorias alternativas, o fato é que os programas e os documentos do PRR passaram progressivamente a valer-se do

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a influência dessas teorias científicas no movimento operário, consultar: SCHMIDT, 2001.

vocabulário positivista” (2007, p. 395). Depois de institucionalizado, o comtismo assumiu durante a Primeira República (mesmo que com variações ao longo dos anos) um suporte no poder e dispôs sobre a forma de distribuição desse poder. Inclusive, a partir do início de século XX, se desenvolveu uma vertente gaúcha dessa teoria, o castilhismo.

O positivismo religioso teve expressividade após a proclamação da República, através do Apostolado Positivista do Brasil. Essa instituição se preocupava em ressaltar a contribuição de Comte à constituição do método científico em vários domínios do saber e via com maus olhos a constituição do positivismo enquanto religião.

O positivismo difuso dizia respeito ao seu impacto nas áreas intelectuais, o que torna difícil de identificá-lo. A influência dele na intelectualidade associava-se à crença nos benefícios do método científico e da reflexão histórica. Conforme Boeira, “o estudo da influência do positivismo é inseparável do exame da influência de outros científicismos” (2007, p. 402). O público que o adotou foi muito variado. Atentando à elite gaúcha, o autor destaca três grupos. Primeiro, um grupo que usou as idéias de Comte sem alterar muito o seu sentido, por exemplo, Julio de Castilhos. Segundo, intelectuais ligados a atividades do jornalismo, do direito e da história. Consequentemente, o público leitor desses intelectuais foi atingido por ideais positivistas. Terceiro, as áreas distintas do conhecimento, como a economia, a estatística, a medicina, a filosofia, a educação, a história, a geografia, a arquitetura, a etnografia e a literatura. Nesse sentido,

Ao examinar os públicos atingidos pelo positivismo difuso, cumpre ter em conta os diferentes tipos de intelectuais rio-grandenses no período (de orientação política, de cultura literária, diletantes, etc.), bem como os tipos de instituições culturais existentes. O grau de consistência doutrinária exigida de cada um desses tipos de intelectuais variou, seja em função do seu papel na vida cultural rio-grandense, seja em função da criação e desenvolvimento de estabelecimentos culturais (faculdades, jornais, editoras) independentes de poder político. (BOEIRA, 2007, p. 403)

Portanto, o positivismo teve grande penetração no contexto gaúcho nesse período histórico, no qual a crença no progresso através da ciência estava amplamente difundida na elite brasileira. Sebastião Leão fazia parte desse contexto e proferiu a crença na ciência, estendendo-a para seu estudo da área criminal. Nesse sentido, “As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*.” (VELHO, 1994, P. 47). A partir dessa complexa teia de relações sociais, as trajetórias individuais vão se delineando em relação ao contexto que as circundam.

Ao realizar seus estudos, o médico da Casa de Correção também visava entender, classificar e propor modos de ordenar os detentos. Sebastião Leão abriu a oficina para dar uma contribuição científica à antropologia criminal, a partir do contexto local, inserindo-se assim numa intelectualidade “transnacional”. A aceitação desse tipo de prática científica pode ser estendida ao conjunto de dirigentes estatais que a apoiavam. Um exemplo disso é a facilidade que ele teve para fundar a sua Oficina de Identificação, pois, ao solicitá-la, o então desembargador Borges de Medeiros, “sem delonga, determinou a fundação da oficina” (LEÃO, 1897, p. 190).

Vale, ainda, problematizar a noção de elite, pois, por vezes, esse termo é usado de forma difusa pela historiografia. As elites poderiam ser consideradas como um grupo que detém o poder ou que resultaria de uma seleção intelectual ou social. Seria necessário entender os espaços e mecanismos de poder em cada sociedade, bem como os fundamentos empregados para que os indivíduos possam alcançar as posições dominantes. Decorrente disso, “a apropriação da noção de elite pelos historiadores permitia, assim, dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (HEINZ, 2006, p. 08). É possível ainda entender o vínculo com outros setores sociais e a complexidade das suas relações. A partir da trajetória de Leão, vemos a forma como ele estava inserido nesse grupo dirigente através de um suporte científico para a execução/legitimação de uma ideologia dominante. É possível perceber, também, os espaços habitados por ele: a residência na Rua Duque de Caxias, a faculdade, as redações de jornais, as associações intelectuais. A Casa de Correção, lugar ocupado por um setor da sociedade totalmente diferente, era o seu ambiente de trabalho. Cotidianamente, no ambiente carcerário, para esse homem da elite, acontecia um choque com uma realidade bem distinta da dele. É como se um abismo social separasse essas parcelas da população (o membro da elite e os membros das classes subalternas), que ali conviviam com frequência, ambos portando estereótipos e desempenhando funções diferentes.

Avelino Pedroso de Moraes foi fotografado e, provavelmente, examinado por Sebastião Leão, em seu estudo de 1897. O detento entrou na cadeia por disparar dois tiros de pistola na cabeça do capitão Jordão, na madrugada de 25 de janeiro de 1896. O crime ocorreu na Colônia Africana<sup>5</sup>. A principal testemunha foi o preto Fiel, caseiro da casa da sogra do

---

<sup>5</sup> Colônia Africana era uma região localizada nos limites da cidade. Nessa região, viviam setores pobres da população (como imigrantes, libertos e nacionais) que foram paulatinamente sendo empurrados das áreas centrais devido ao crescimento urbano. Atualmente, essa não é mais uma zona periférica. Pelo contrário, com o aumento da cidade e a especulação imobiliária hoje está localizado ali um dos bairros com o custo de vida mais

capitão, que dormia lá na noite em que o assassino entrou para cometer o delito. Os universos cotidianos do preto Fiel e o de Sebastião Leão eram totalmente diferentes um do outro. Mesmo que detentos como Avelino trouxessem esse tipo de vivência para perto do médico ao habitarem a Casa de Correção, esses mundos permaneciam alheios um ao outro, no que diz respeito à forma de cada um deles viver seu dia a dia. Tomam forma nesse acontecimento três redes de sociabilidade distintas, mesmo que não isoladas umas das outras: a da Colônia Africana, a do cárcere e a da elite porto-alegrense. Porém, caso Avelino saísse vivo da prisão (fato que não ocorreu, pois ele morreu devido a uma tuberculose pulmonar em 21 de abril de 1907), ele não teria como adentrar e vivenciar o “mundo” de Leão. Provavelmente voltaria àquele tipo de vivência cotidiana experienciada pelo preto Fiel. Mesmo que esses mundos se tocassem, no sentido de que cada um lia o outro a sua maneira, a possibilidade de adentrar no espaço alheio de maneira a automatizar o *habitus* do outro se mostrava muito difícil.

Uma via promissora está em entender a inserção das elites em cada processo histórico distinto (mesmo que não seja o caso de aprofundar essa questão no presente trabalho):

Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização e desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos culturais, econômicos ou social, e sua inscrição na trajetória dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar – mediante mecanismo de reconversão social – um declínio ou uma reconversão social muito abrupta. (HEINZ, 2006, p.9).

É importante ter isso em mente para tentar entender como o médico porto-alegrense traça sua trajetória, por que investia em determinados símbolos de *status*, por que tomou determinadas decisões, etc. Mesmo que, através de seu ambiente de trabalho e da realização do seu estudo de antropologia criminal ele convivesse com um setor social bem distinto.

Por último, para refletir sobre o papel de Sebastião Leão como intelectual de seu tempo, as apreciações realizadas por Gramsci surgem para problematizar melhor essa faceta da vida do médico e para entender por que ele pode ser considerado um intelectual. Entende-se que para ter uma apreensão mais apurada da totalidade relacional que era a sociedade da época (assim como são todas as sociedades humanas), de Sebastião Leão e do lugar ocupado por ele é imperativo inferir que:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e

consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 1979, p. 3).

Desde o que foi dito sobre os lugares ocupados por Leão na sociedade porto-alegrense é que se pode entendê-lo como pertencente à elite porto-alegrense, como fazendo parte de uma camada de intelectuais que dá homogeneidade a esse grupo representante do poder político e social. O médico fazia parte de um grupo intelectualizado de Porto Alegre, como Caldas Junior, que foi fundador de um jornal, participava da Academia Rio-Grandense de Letras e da cena médica da cidade, inclusive fundando a Faculdade de Medicina (WEBER, 1999, p. 83-85). Nada disso remete precisamente a uma autonomia desse autor em relação ao grupo social dominante. Fundamental é entender o lugar social ocupado por Sebastião Leão para entender a sua função como intelectual. Essas instituições acima citadas eram espaços onde o médico ganhava visibilidade perante a população da cidade. Além disso, podem ser pensadas como lugares de constituição de uma intelectualidade organizada. A disposição de um grupo intelectual (tanto na área médica, quanto na área literária) e jornalístico nesses espaços conferiu-lhe um lugar para a sua afirmação e consagração profissional e social. Evidenciando como essa forma de organização deu certo, vale dizer que essas três instituições permanecem em pleno funcionamento até os dias de hoje.

Nas palavras de Gramsci, “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1979, p.7). Leão desempenhava essa função de intelectual. A concepção de intelectual de Gramsci é ampla, mas é a partir dela que é possível alcançar uma aproximação mais concreta da realidade. O intelectual em questão se aproximava mais de um conceito “tradicional” de intelectual, pois ao longo do processo histórico “formaram-se camadas que, tradicionalmente, ‘produzem’ intelectuais”. Leão pode ser pensado como um intelectual “formado” (GRAMSCI, 1979, p.10-11), uma vez que por mais que ele não fosse membro do Partido Republicano Rio-grandense, mantinha firme relação com membros importantes desse partido e colhia os frutos disso. Ele atuava num viés orgânico em relação ao modelo político e social vigente. Portanto, esse intelectual “tradicional” se uniu à elite dominante.

O estudo de antropologia criminal feito sob o aval do estado rio-grandense demonstrava essa visão cultural de aceitação de um tipo de pensamento oriundo das teorias raciais vigentes no período: a antropologia criminal como uma forma de diferenciar essas elites no poder do povo encarcerado, constituinte da população subalterna do Rio Grande do Sul. Localizava-se aí a função intelectual adquirida por Sebastião Leão nesse momento. Mesmo exercendo uma função técnica de médico, pertencia a um grupo que “trata-se de

intelectuais produtores da hegemonia dos setores, frações ou classes dominantes” (FONTES & MENDONÇA, 2011, p. 64).

Portanto, a partir dos espaços ocupados por Sebastião Leão, da sua atuação profissional e dos deslocamentos que fez para trilhar sua vida entendemos melhor a partir de que campos de possibilidades esse agente conduziu sua trajetória. A partir disso, é possível entender como um homem pertencente a uma elite local investia em distinções simbólicas para seguir fazendo parte de um grupo de status. Compreendemos as possibilidades de atuação de uma vida que não transcorre de modo linear e coerente em busca de um fim predestinado, inclusive a partir de sua atuação para outros campos além da medicina e da “fuga” da sua identidade através da adoção de outro nome para escrever sobre história.

Desde a análise de sua trajetória se torna difícil precisar exatamente o peso de cada um, indivíduo e contexto, sobre o desenvolvimento do processo histórico. Mesmo assim, parece válido perceber o lugar social de Sebastião Leão como proveniente de uma posição privilegiada dentro daquela estrutura social, mas que não remetia apenas aos aspectos econômicos desse privilégio.

## 2. QUANDO OS CAVACOS MÉDICOS COMEÇAM A TOCAR! A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE SEBASTIÃO LEÃO E SUAS COLOCAÇÕES NA FORMAÇÃO DO CAMPO MÉDICO RIO-GRANDENSE

O presente capítulo pretende entender a trajetória profissional de Sebastião Leão como médico diplomado e a sua inserção no contexto em que foi realizada. Para isso, buscou-se explicar os lugares ocupados por ele como médico. A relação do percurso desse indivíduo com a conjuntura na qual ele se desenrolava implica entender como a classe médica gaúcha se constituía naquele momento, bem como a sua relação com o governo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

Leão ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882 e formou-se em 1888. A tese de doutoramento defendida por ele para se graduar, em 19 de dezembro de 1888, denominava-se *Da intervenção operatória nos traumatismos do cérebro e da Medulla*. Trata-se de uma compilação dos trabalhos existentes sobre o assunto, visando a contribuir para o desenvolvimento da temática no Brasil. Conforme explica na apresentação, sua tese:

Não apresenta cunho de originalidade, é simples trabalho de compilação, colhido da consulta de tudo o que de mais importante tem aparecido sobre o assumpto.

[...] acredito que consegui reunir nas páginas que se seguem, um resumo mais ou menos methodico de um dos mais brilhantes capítulos da clinica cirurgica moderna a cirurgia do cérebro e da medula. Para justificar as idéias que sustento ou as que condemno, reuni não pequeno numero de citações, na maioria estrangeiras, lamentando que tão restrito seja o contingente fornecido pela observação da cirurgia clinica brasileira; a estas citações junto indicações bibliographicas criteriosas, como devem ser as de um trabalho desta ordem. Para evitar a repetição fastidiosa de títulos, de obras de nomes dos autores apresento uma lista dos trabalhos consultados, merecendo menção especial os de Rocha Faria, Nancrede, Koenig, Escard, Championnière, Checherelli, Boeckel, Horsleg (para os traumatismos do cérebro), Erichsen, Paget, Liddell, Nomelton (traumatismos da medula). [...] (LEÃO, 1888, p. 3)

O médico, portanto, almejava resumir as mais apuradas conclusões referentes à cirurgia no cérebro e na medula. Em consequência, consolidar a sua autoridade como profundo conhecedor do assunto. Esse excerto também expressa a importância do diálogo e da leitura de autores estrangeiros para conferir legitimidade ao seu estudo.

Leão retornou para Porto Alegre quando terminou o curso. Passou a trabalhar na área da saúde pública, tornando-se médico do Lazareto de Variolosos em 14 de fevereiro de 1889, por indicação feita pelo inspetor de higiene Dr. Israel Rodrigues Barcellos Filho. O local foi instituído na Chácara das Bananeiras, em razão da chegada de imigrantes acometidos de varíola. Mais do que tratar, o Lazareto servia para isolar do centro os doentes. Em abril do

mesmo ano, o governo fechou o lugar, por ter cessado o surto. Leão ficou dispensado dos serviços, mas “permaneceu recebendo suas gratificações até 24 de dezembro daquele ano, atendendo os doentes que ainda não tinham obtido alta” (MOREIRA, 2001, p.21).

Nota-se a sua facilidade de conseguir emprego após estar formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dois meses depois de ter defendido a tese – incluindo nesse meio tempo a viagem de volta e a instalação em Porto Alegre – estava empregado na saúde pública. Algumas considerações referentes àquele contexto podem facilitar a compreensão da referida rápida inserção.

A preocupação com a higiene urbana foi um tema recorrente da administração pública estadual. Mesmo sem ser uma política prioritária, o governo gaúcho estimulou a organização de um serviço de assistência pública, de responsabilidade de cada município. Em 1895, foi assinado um Regulamento para o Serviço de Higiene por Julio de Castilhos e João Abott. Tal Regulamento tinha como foco a preocupação com a salubridade das áreas urbanas. Conforme Weber,

A maior parte da discussão do período referia-se à higiene pública. [...]. As ações sanitárias visavam a livrar os indivíduos saudáveis do contato com os doentes e livrar os doentes dos agentes causadores (o meio de cultura do microorganismo). Os grupos-alvo eram constituídos pelos indivíduos portadores de alguma moléstia transmissível ou mais vulnerável a elas, como a população pobre, moradora de lugares insalubres. (1999, p. 50-51).

Portadores de moléstias contagiosas deveriam ser isolados do resto da população. Uma das medidas adotadas foi separar esses doentes em lazaretos, construídos especialmente para isso. Era o caso do Lazareto de Variolosos, em que Sebastião Leão trabalhou no início de sua carreira médica. Nesse contexto de preocupação com a salubridade urbana era fácil para um médico recém formado conseguir um cargo no interior das esferas estatais. Mesmo fechando o Lazareto, Leão seguiu empregado na saúde pública, como veremos mais adiante. As ações de saneamento urbano na segunda metade do XIX – como limpeza das ruas, despejo de dejetos longe de áreas urbanas, arejamento e higiene das moradias – eram eficazes para evitar a proliferação de doenças, mesmo que não se conhecesse as causas químicas e biológicas de sua propagação. O médico porto-alegrense não ficou alheio a essa preocupação. A partir de 26 de agosto de 1900, passou a escrever *Cavacos Médicos*, série de artigos com conselhos sobre higiene para o jornal *Correio do Povo*, o que igualmente contribuía para a afirmação de seu prestígio junto aos leitores do periódico.

Sebastião Leão também atuava através da prestação de serviços particulares na Farmácia Providência, como aparece em anúncios nos jornais *Gazeta Americana* e *Correio do*

*Povo*. Nesse último, em exemplar de 05 de Janeiro de 1896, o anúncio afirma: “Sebastião Leão, medico – Residência, rua Duque de Caxias n. 212. Consultas, na pharmacia Providencia, das 2 ás 3 horas da tarde” (p. 1). Vê-se a indicação do endereço do médico, talvez para ser procurado em sua casa numa possível emergência. A prestação de serviços médicos nas farmácias era muito comum. Diversas dessas farmácias se localizavam no centro da cidade, principalmente na Rua dos Andradas. Beatriz Weber explica que:

Os atendimentos de emergência e as consultas médicas, geralmente, eram realizados nas farmácias, onde eram administrados os medicamentos e dados encaminhamentos necessários. Nelas também se localizavam os consultórios e distribuía-se medicamentos. Eram locais de encontro e troca de informações, espaços privilegiados de convívio, sem o caráter pejorativo que os bares apresentavam (1999, p. 59).

No final do século XIX, as farmácias eram o primeiro local de procura em caso de emergência. Quiçá por isso fosse cômodo para o médico porto-alegrense prestar consultas nesse tipo de estabelecimento. A Santa Casa de Misericórdia também era um lugar de referência. Mas, levou algum tempo para a Assistência Pública ser a primeira opção em casos de urgência. Apenas aos poucos, com o entrar do século XX, os postos de saúde passaram a ser um recurso clínico entre a população enferma. É importante entender as diversas concepções de cura existentes nesse período para compreender porque a Assistência Pública não era largamente procurada pela população. Nesse sentido, a Medicina não era apenas uma ciência nessa virada de século; significava mais do que tratar a dor, pois consolar o paciente através da caridade também era uma forma de buscar a cura.

Enquanto exercia a profissão de médico, Sebastião Leão também se dedicou à escrita para revistas e jornais. Inclusive, tinha uma coluna esporádica no jornal *Correio do Povo*, intitulada *Correio Médico*, onde oferecia “consultas” respondendo a dúvidas médicas dos leitores, o que aumentava sua visibilidade na cidade e no estado, e afirmava publicamente o seu prestígio. Ele dava receitas de remédios para moléstias específicas, mas em casos que isso não era possível pedia ao leitor que se dirigisse a um médico. Como na coluna de 19 de janeiro de 1896, quando disse a um “paciente” que “Os incômodos zumbidos, a que se refere, constituem symptoma commum a todas as moléstias dos ouvidos. E’ necessário ser examinado por um médico” (p. 01).

Pelo exposto até aqui, entende-se como Leão tornou-se um médico conhecido no cenário porto-alegrense e “pode ser encontrado nas embrionárias tentativas de consolidação do prestígio da ‘classe médica’ no Rio Grande do Sul” (MOREIRA, 2001, p. 21). A maneira como traçou sua atuação, seja nas relações interpessoais ou nas atuações em espaços médicos,

vinculou-se a esse contexto de consolidação da classe médica gaúcha. Ele participou, em 1892, da criação da primeira Sociedade de Medicina da cidade, ao lado de Protásio Antônio Alves, Deoclécio Sertório Pereira da Silva, Vitor de Brito, José Josetti, Rodrigo Villanova e Carlos Frederico Nabuco. As sessões dessa Sociedade eram, por vezes, anunciadas pelo jornal *Correio do Povo*, o que demonstra a tentativa de consolidação e publicidade dessa categoria profissional ascendente. Conforme notícia do periódico, de 07 de maio de 1896:

Sob a presidência do dr. Balduino do Nascimento, a Sociedade de Medicina realizou antehontem a sua 81<sup>a</sup> sessão ordinária. [...]

O dr. Leão occupou-se com o estudo das epidemias de gripe em Porto Alegre, assinalando os fatores mais importantes que as caracterizam. Tratou dos casos observados ultimamente, referindo factos de clinica infantil, adduzindo varias considerações, relativamente á marcha, diagnostico e tratamento de gripe. [...]

A sessão levantou-se ás 10 horas da noite. (1896, p.2)

Esse tipo de notícia demonstrava como os médicos formados da capital gaúcha, Leão entre eles, estavam organizados e constituindo círculos de discussão a fim de consolidar a sua autoridade junto à sociedade local. A documentação dessa Sociedade, infelizmente, parece ter se perdido. Conforme a obra “Panteão Médico Rio-grandense” ocorreu “O extravio inexplicável de um valioso arquivo, onde existiam documentos numerosos e valiosos sôbre a fundação e funcionamento desse importante órgão” (FRANCO; RAMOS, 1943, p. 132).

Leão também participou, em conjunto com Protásio Alves e Deoclécio Pereira, da criação, em 1897, do Curso de Partos na Santa Casa de Misericórdia e, em 1898, da fundação da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. De acordo com Moreira (2001, p. 21), nessa última ocasião “o Dr. Protásio Alves foi eleito o primeiro diretor e nomeou Sebastião Leão como secretário-geral”, além de constar o seu nome como professor da disciplina de medicina legal em 1899. Esse último campo do conhecimento surgiu nesse período em razão da medicina tentar ganhar espaço na área penal, quando surgiram questionamentos de como se forma o criminoso, mas também ao se desenvolverem técnicas que auxiliassem no desvendamento do crime.

A Faculdade de Medicina abarcava os cursos de Medicina, Obstetrícia, Odontologia, Farmácia e Química Industrial. Os membros criadores da instituição foram os mesmo que em 1892 haviam fundado a Sociedade de Medicina de Porto Alegre. Beatriz Weber cita entre os fundadores dirigentes Protásio Alves, Alfredo Leal e Carvalho Freitas, além de afirmar que:

Aos nomes já citados somam-se os de Sebastião Leão, Vitor de Brito, João Adolfo Josetti, Rodrigo Azambuja Villanova e Carlos Frederico Nabuco. Os mesmo nomes repetiram-se na presidência da entidade, acrescentando-se os de Olinto de Oliveira,

Jacinto Gomes, Heitor Annes Dias, Octavio de Souza, Mario Totta, Florêncio Ygartua e Hugo Ribeiro. Todos haviam passado pela Santa Casa de Misericórdia, formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ou pela Faculdade de Porto Alegre, e participavam ativamente de instituições ligadas à Medicina institucional existente em Porto Alegre no período (1999, p. 102).

A Faculdade de Medicina foi fruto da fusão do Curso de Partos (1897) e da Escola de Farmácia (1895), os quais funcionavam na Santa Casa. Em 1900, o Governo Federal equiparou-a com as demais faculdades existentes no Brasil, depois de uniformizar os programas de ensino com os da Faculdade do Rio de Janeiro. Muitos desses médicos professores na instituição tinham a preocupação de organizar associações profissionais. Sendo assim, “os médicos gaúchos investiam na sistematização do seu saber, na distinção e definição de sua categoria, processo que ocorria em várias partes do mundo, acentuado à medida que essa ciência adquiria maior amplitude de atuação” (WEBER, 1999, p. 103).

A formação de Sebastião Leão no Rio de Janeiro pode ter influenciado o seu contato com esses outros indivíduos que buscavam organizar a categoria dos médicos. Contudo, a preocupação com tal articulação não advém apenas da formação na capital federal, mas também do contexto internacional de desenvolvimento progressivo e afirmação do prestígio da ciência médica. Não obstante, vários problemas para a prática da atividade persistiram até o início do século XX. Haja vistas as técnicas cirúrgicas precárias e o pouco desenvolvimento de formas de anestesia. Num cenário como esse, “marcado pela incerteza científica, pela desconfiança dos leigos e pelas dificuldades de suas práticas, é que os médicos tentavam organizar-se como corporação, estabelecendo os componentes da sua ciência e a ética que os norteariam como grupo” (WEBER, 1999, p. 93). As tentativas de organização supracitadas foram talhadas por conflitos advindos de interesses divergentes. A Sociedade de Medicina, fundada em 1892, tentou mediar essas disputas e estabelecer uma unidade de interesses. Era o início da discussão sobre os princípios e critérios que fariam parte da ética médica.

Sebastião Leão investia em símbolos de prestígio para se afirmar nessa “classe médica” que se consolidava e para ter boas relações nas instâncias estatais. Conforme Moreira:

As boas relações com figuras eminentes do campo político mantidas pelo Dr. Leão, e a sua participação em momentos importantes no lento processo de afirmação da “classe médica” [...], prognosticavam um futuro de liderança para este jovem doutor. O capital simbólico acumulado em sua atuação profissional como professor e como “médico da cidade”, reforçava-se com a sua colocação no interior do aparelho de estado, conquistando espaço em áreas como a segurança pública, seja em relação à criminalidade ou à saúde pública. Engajado em atividades de afirmação interna da “classe médica” e reconhecimento da importância de seu grupo profissional pelo estado e pela sociedade em geral, o Dr. Leão não hesitava

em investir em símbolos de prestígio que exteriorizassem a distinção que possuía e que gostaria de ampliar (MOREIRA, 2001, p. 22).

A consolidação da *classe médica* predispunha um tipo de relação com o poder político instituído. No que se refere ao viés teórico, a medicina no estado sofreu impacto do positivismo durante a Primeira República. Médicos como Protásio Alves e Veríssimo Dias de Castro declararam sua adesão a doutrinas médicas positivistas, principalmente concernentes à questão da vacina. Infelizmente, não foram encontrados documentos referentes ao posicionamento de Leão sobre essa questão. Outro viés da influência positivista nessa área foi conflituoso, porquanto se referia ao princípio da liberdade profissional advogado pelos adeptos de Comte e que, segundo muitos médicos, gerava uma onda de curandeirismo. Conforme Boeira, “A contínua e coesa resistência da classe médica a essa instituição, desde o final do século passado, deu margem a uma hostilidade crescente por parte do PRR com relação à Faculdade Livre de Medicina, entidade que coordenava essa oposição” (2007, p. 408-409).

A liberdade profissional foi mantida ao longo de todo o governo de Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1928). Infelizmente, não foi encontrado nenhum documento que mostrasse a posição de Sebastião Leão em relação à liberdade profissional. O que se visualiza sobre isso é que ele convivia com curandeiros e charlatões na prática da cura. Entretanto, o médico a quem foi atribuído o cargo na Casa de Correção era diplomado e reconhecido pela população da capital como tal. É importante ressaltar que “A discussão realizada pelos médicos influenciados pelo positivismo é bastante ampla, incluindo questões técnicas sobre a vacinação e sua obrigatoriedade, o uso de animais para a produção de vacinas, a higiene, o livre culto aos mortos, a expulsão dos cortiços, o isolamento domiciliar, exames, etc.” (WEBER, 1999, p. 47). A partir da Constituição Republicana de 1891, o debate se acirrava, uma vez que ela permitia a liberdade profissional no RS. Porém, o Código Penal de 1890 criminalizava a atuação médica por não diplomados e o curandeirismo. Pode-se relacionar essa segunda disposição legal com a possibilidade de criminalização de religiões de matriz africana a partir de denúncias de curandeirismo. A defesa da liberdade profissional pelo PRR tinha também um viés de estratégia política. Como explica Vieira,

[...] a defesa da “liberdade profissional”, de religião e, principalmente, de ensino estava associada à garantia da “autonomia estadual”, questão fundamental para os governantes do PRR. Antes de ser apenas um produto da elaboração intelectual, esse era um elemento importante no arranjo de forças políticas e na relação entre o governo federal e as elites regionais. (2009, p. 34)

A maioria dos médicos diplomados era hostil à liberdade profissional. As primeiras críticas a isso partiram da Sociedade de Medicina. O conflito aumentou após a fundação da Faculdade de Medicina, em 1892. A Faculdade de Medicina não chegou a explicitar uma oposição à liberdade profissional, talvez devido aos amplos poderes dos positivistas no Estado, inclusive concedendo verbas para a instituição.

Por último, cabe ressaltar a atuação de Sebastião Leão como médico da Casa de Correção a partir de 1895, quando é criado o Gabinete Médico Legal da instituição. Conforme relatório da Secretaria de Interior e Exterior de 1895, “Este serviço, que foi montado na repartição a 5 de Março ultimo, compete aos médicos da Policia Dr. Sebastião Affonso de Leão e João Damasceno Ferreira, porém acha-se actualmente á cargo sómente do primeiro, visto que o segundo está encarregado do serviço da enfermaria da cadêa civil.” (1895, p. 108). Nesse cargo, Leão atuou até a sua morte em 1903. Percebe-se a importância dada pelo governo ao Gabinete, pois designou um médico contratado exclusivamente para esse setor. Através dessa atuação, nosso personagem pôde solicitar a instalação da Oficina de Identificação que funcionou a partir de 1896. Nessa, realizou um estudo de antropologia criminal, a partir da análise dos detentos daquele presídio, o qual se transfigurou em um importante objeto para entender as questões científicas da época (esse estudo será analisado de maneira mais aprofundada no capítulo 03).

Para se entender melhor a atuação profissional desse personagem, faz-se conveniente problematizar a noção de campo, exposta na obra de Bourdieu, para o contexto porto-alegrense do final do século XIX. Sugere-se que o que existia no período era um campo intelectual em processo de formação, porque esse “campo” não era nada autônomo em relação às instâncias de poder. Bourdieu define a noção de campo como:

[...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (BOURDIEU, 2004, p. 20-21).

Observa-se naquele contexto gaúcho a formação de faculdades, de sociedades e de academias, e a existência de pessoas interessadas no funcionamento de instituições científicas e de letras, as quais tentavam conferir-lhes um peso significativo e reconhecimento. Porém, não se dispunha da capacidade de *refratar* as pressões externas a esse campo e nem suas

demandas eram independentes do contexto social global como um campo científico consolidado disporia. Isso dificulta a utilização do termo campo científico, sendo mais coerente a ideia de campo intelectual em formação. Demonstrativo desse campo em formação é a dependência da Faculdade de Medicina de várias outras instâncias sociais para o seu funcionamento. Como explica Beatriz Weber, em 1907:

Victor de Brito, um dos fundadores da Sociedade de Medicina e da Faculdade, que havia permanecido na instituição, publicou uma série de quatro artigos, nos quais discutia as dificuldades pelas quais passava a Faculdade [...]. Afirmava que a Faculdade não era um instituto livre, porque era obrigada a obedecer ao Código Geral do Ensino na República [...]. Também sofria a subordinação do governo estadual porque o fiscal era nomeado pelo Presidente do Estado, e porque precisava do apoio financeiro e da permissão para o trabalho em hospitais e laboratórios. (WEBER, 1999, p. 111).

Também existiam outras práticas de cura, como o chamado “curandeirismo”, que dispensavam o saber médico. Essa série de fatores demonstra o caráter embrionário desse campo que ainda lutava por se autonomizar. Estando em formação, também é difícil falar em capital científico para o período, entendido pelo autor francês como “uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Sendo “a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer” (BOURDIEU, 2004, p. 24), vê-se tanto a importância da atuação de Sebastião Leão em esferas da medicina pública para bem se relacionar com políticos influentes e alcançar objetivos profissionais, quanto sua atuação em conjunto com um grupo na formação da esfera de ensino superior e de sociedades de categorias profissionais. Ou seja, a trajetória do personagem encarna, por um lado, a falta de autonomia desse campo, e, por outro, a tentativa de autonomizá-lo.

Portanto, desde os deslocamentos profissionais de Sebastião Leão podemos entender como ele atuou com facilidade na esfera pública enquanto médico diplomado e reconhecido pelos seus pares e por autoridades do governo. A partir desses diferentes deslocamentos profissionais, pode-se vislumbrar a sua colocação no âmbito governamental como uma de suas atuações mais decisivas, além das consultas particulares e do trabalho como professor. Através dessa trajetória profissional é possível igualmente compreender outros ângulos da atuação do PRR quanto à liberdade profissional e a orientação positivista do governo estadual. Vimos que havia conflitos entre a categoria de médicos que tentava se instituir e os membros do governo. Os debates no interior da Sociedade Médica formada por médicos diplomados e a

fundação de uma Faculdade, proposta desses mesmos profissionais, indica a intenção e o investimento para se estabelecer esse campo científico, que ainda estava em formação, do qual Leão foi um agente decisivo.

### 3 QUANDO O LEÃO E A CORUJA SE APROPRIAM DAS TEORIAS RACIAIS

A apropriação das teorias raciais na trajetória do médico porto-alegrense Sebastião Leão evidencia-se, principalmente, através de dois conjuntos de escritos: o estudo sobre os detentos da Casa de Correção de Porto Alegre, realizado em 1897, e os textos de cunho histórico publicados no jornal *Correio do Povo*, sob o pseudônimo de Coruja Filho. Ambos os materiais foram analisados nesse capítulo atentando para a apropriação das teorias raciais do final do XIX.

Os debates científicos da época estabeleceram que as diferenças culturais e físicas dos homens eram biológicas e inatas, hierarquizando as raças humanas. O racismo científico se desenvolveu, sobretudo, a partir de estudos de autores da França, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos; teólogos, anatomistas, fisiologistas, etnólogos, poetas, viajantes, entre outros<sup>6</sup>. Realizavam-se também, e de forma articulada com os debates mencionados, discussões e colocavam-se em prática remodelações acerca da punição dos criminosos. No escopo dessas formulações teóricas, existiam duas grandes vertentes explicativas sobre a origem do ser humano: os monogenistas e os poligenistas<sup>7</sup>. Lilia Schwarcz (1993, p. 48-49) salienta que, a partir do viés poligenista, surgiram quatro métodos de estudo: a frenologia e a antropometria, a craniologia técnica, a antropologia criminal e os estudos sobre loucura. Nesse contexto, as teorias raciais chegaram tardiamente no Brasil e se desenvolveram de forma a se apropriar do que se lia. Para Schwarcz, “as elites intelectuais locais não só consumiam esse tipo de literatura, como a adotaram de forma original” (1993, p. 17-18).

O estudo do Dr. Sebastião Leão foi resultado de um trabalho científico realizado em 1897 em sua Oficina de Identificação, estabelecida na Casa de Correção de Porto Alegre. Esse documento foi enviado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior João Abbott e, depois, anexado ao relatório desse último ao Presidente do Estado Júlio de Castilhos, também em 1897. Propõe-se aqui que o autor utilizou as teorias raciais de forma original e de modo a debater com autores europeus. Leão (1897, p. 189) tomou parte no debate sobre violência e criminosos que dividia especialistas, no qual a principal questão era saber se o criminoso era um produto do meio ou era biológica e hereditariamente predisposto

---

<sup>6</sup> No que se refere ao conceito de raça, os autores desse período atribuíam a ele diferentes significados. Para informações mais detalhadas sobre diversos autores que escreveram na Europa e nos Estados Unidos, consultar Michael Banton, no capítulo três de seu livro: BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

<sup>7</sup> Monogenista era uma vertente teórica que afirmava que o ser humano surgiu em um lugar do planeta e se espalhou pelo globo, gerando as diferentes raças. Já o poligenismo pressupunha que surgiram diferentes raças humanas em diferentes continentes.

à delinquência. Sentenciando que o meio define o criminoso, Leão aproximou-se da perspectiva da escola francesa. Como bem salienta Pesavento,

Sebastião Leão professou a sua fé na antropologia criminal e na importância do estudo do material humano das prisões para o conhecimento do social e, sobretudo, para o avanço da ciência. Estamos diante da situação excepcional do homem certo na correta função. Sebastião Leão, estudioso da matéria, douto nas questões de ponta de seu tempo, estava disposto a utilizar-se das condições que o destino – e sua competência profissional, sem dúvida – lhe pôs ao alcance da mão. (2009, p. 57).

O estudioso de seu tempo traz, assim, uma importante pesquisa para entendermos a intelectualidade da época e como um intelectual joga com os artifícios que possui. Nesse sentido, Leão contrapôs as suas análises dos detentos da Casa de Correção de Porto Alegre aos estudos de médicos já consagrados na área da antropologia criminal, a fim de ver se as afirmações deles serviam para o contexto específico dos sentenciados no Rio Grande do Sul. Dessa maneira, mais uma vez, buscava afirmar-se como um especialista, projetando-se no âmbito científico ao se contrapor a estudiosos consagrados.

Referente à estrutura do seu estudo, é possível dividi-lo em duas partes. Na primeira, basicamente, há a quantificação dos dados dos criminosos. Na segunda parte está o estudo dos caracteres físicos, emocionais e patológicos dos apenados. Em cada parte o médico analisou uma série de características dos detentos. Porém, nos deteremos apenas naquelas referentes às teorias raciais. Além desse relatório, Leão produziu um álbum fotográfico dos sentenciados, a partir dos retratos tirados em sua Oficina, pelo fotógrafo Jacintho Ferrari.

Na parte inicial do relatório, Leão quantificou e examinou os dados dos 226 presos da Casa de Correção, entre homens e mulheres, sendo 220 homens e seis mulheres. Cabe ressaltar, no que se refere ao sexo, que “a pena atribuída às mulheres é, em geral, mais leve que aquela imposta aos homens pela prática do mesmo crime” (PESAVENTO, 2009, p. 54). Nesse levantamento ele inclui os seguintes dados: população fixa e flutuante, sexo, nacionalidade, idade, raças, estado civil, profissões, serviços militares, delitos, meios empregados para realizar os delitos de homicídio, localidades dos delitos e mês dos delitos.

Sobre as raças o autor realizou análises interessantes. Na análise do Código Penal então vigente, há uma crítica ao fato de não haver diferenciação de raça. Conforme Leão,

Desconhecendo a grande lei biológica que considera a evolução ontogênica simples recapitulação abreviada da evolução filogênica, o legislador brasileiro [...] deixou sem proteção a infância da raça, considerando iguais, perante os descendentes do europeu civilizado, os filhos das tribos selvagens da América do Sul, bem como os nossos antigos escravos e descendentes destes.

Para haver coerência era necessário atender a este ponto particular da responsabilidade penal das raças.

Eu bem sei que poderão argumentar, em contrário, com a dificuldade da confecção especial de códigos para esta ou aquela raça, mas a razão não é de valia para superar os conceitos que, a propósito, são sustentados pela nova escola (1897, p. 200).

O autor, portanto, afirmou a existência de diferenciação entre as raças e chegou a propor a necessidade de códigos penais diferenciados, mesmo sabendo da dificuldade dessa prática. Pode-se refletir sobre uma aparente contradição do relatório de Leão, uma vez que, apesar de afirmar a diferenciação racial, ele também sustentou a influência do meio como fator determinante para a constituição do criminoso. Esses preceitos de diferenciação racial estavam em sintonia com os pressupostos científicos de seu tempo. A proposta de diferenciação penal visava o criminoso e não o crime. Ao concordar com as perspectivas do médico baiano Nina Rodrigues, que “por várias vezes sublinhara a impossibilidade de se punir da mesma maneira raças com níveis de evolução diversos” (SCHWARCZ, 2001, p. 212), Leão negava a igualdade humana suposta no código nacional. Vemos, pois, a convergência das idéias de ambos os autores. Sobre Rodrigues, Munanga (1999, p. 54) demarca que com essa proposta de diferenciação racial através do Código Penal o cientista estipulava “no lugar da unidade, a institucionalização da diferença, através de uma figura jurídica denominada responsabilidade penal atenuada”. Ele via a institucionalização da diferenciação legal como a única forma de solucionar a dificuldade de construção da unidade na identidade nacional.

Sebastião Leão ainda quantificou os tipos de crimes cometidos por indivíduos de raça branca em comparação com os de outras raças. Concluiu, com isso, que a raça influenciava na execução de crimes, ainda que de forma pequena (LEÃO, 1897, p. 202). Entretanto, ele não explicou o porquê disso e não realizou uma análise aprofundada dos dados para chegar a essa conclusão. Somente parecia querer justificar sua hipótese de responsabilidade penal diferenciada das raças no Brasil.

Paulo Moreira realizou um levantamento da população carcerária de Porto Alegre entre 1867 e 1891, baseado nos óbitos. Nele se percebe que a cor dos detentos pesava nas condenações. Ao somar as cores relacionadas entre si, 50,2% dos presos aparecem como tendo descendência africana, e a diferença entre índios e brancos marca 1,7% (25,3% brancos e 23,6% índios), traçando um quadro significativo de condenações conforme critérios raciais (MOREIRA, 2001, p. 16). Vale analisarmos *a posteriori* que não era a raça que predispunha

os descendentes de africanos ao crime, mas uma sociedade cujo racismo era estrutural. Isso se refletia inclusive no sistema jurídico e nas condenações provenientes dele<sup>8</sup>.

Ao classificar a cor dos detentos, Leão utilizava várias denominações para os mestiços (pardo, crioulo, mulato, caboclo, indiático), vindo ao encontro da caracterização racial no Brasil, onde o racismo era de marca e não de origem. Ou seja, demonstra a maleabilidade das definições de cor em nosso país. Essa caracterização racial que engloba uma diversidade gigantesca de cores persiste ainda hoje nos sensores do IBGE. Com efeito, “O dado mais notável não é só a multiplicidade de termos, mas também a subjetividade e a dependência contextual de sua aplicação” (SCHWARCZ, 2001, 72-73).

No que tange às ocupações dos detentos antes da chegada à Casa de Correção, havia 16 que deram entrada ainda quando escravos. Segundo o médico, eles cometeram crimes em justa defesa contra seus patrões ou prepostos, “num assomo de dignidade”, agindo contra aqueles que os castigaram. Questiona ainda se tal fato não deveria ser um atenuante para tais penas (LEÃO, 1897, p. 203). Percebem-se, nesse caso, as ambiguidades da elite ilustrada. Se, por um lado, o negro era cultural e biologicamente inferior, por outro, a postura progressista de setores dessas elites, especialmente aqueles mais sintonizados com os modelos europeus, consideravam a escravidão como uma etapa ultrapassada da história, conferindo sentimentos de humanidade aos escravos que reagiram contra maus-tratos.

Dentre as demais profissões, o médico porto-alegrense listou 27 ofícios diferentes e constatou que cerca de 50 presos atestaram não ter profissão alguma. Somados esses 50 com os 81 jornaleiros, observamos a profissão subalterna de grande parte daqueles encarcerados. Além disso, Sebastião Leão listou os delitos cometidos pelos detentos, sendo a grande maioria preso por homicídio.

Desse levantamento médico-legal é possível começar a se estabelecer uma representação do criminoso porto-alegrense do final do século XIX: assassino, homem, brasileiro/rio-grandense, jovem, mestiço e sem profissão especializada. Pesavento (2009, p. 79) esclarece que esse perfil delineado estabelecia “se não [o] criminoso, pelo menos compunha um tipo potencialmente perigoso”.

Nos caracteres anatômicos o médico examinou: crânio, índice cefálico, altura e extensão da face, maxilares, prognatismo, anomalias dentárias, inclinação da fronte, bossas e arcadas, nariz, orelhas, altura, envergadura, mãos, pés, cabelos e barba. Quanto ao índice cefálico (forma geral do crânio) ele perfilou algumas conclusões ao medir os crânios por

---

<sup>8</sup> Para saber mais consultar: RIBEIRO, 1995.

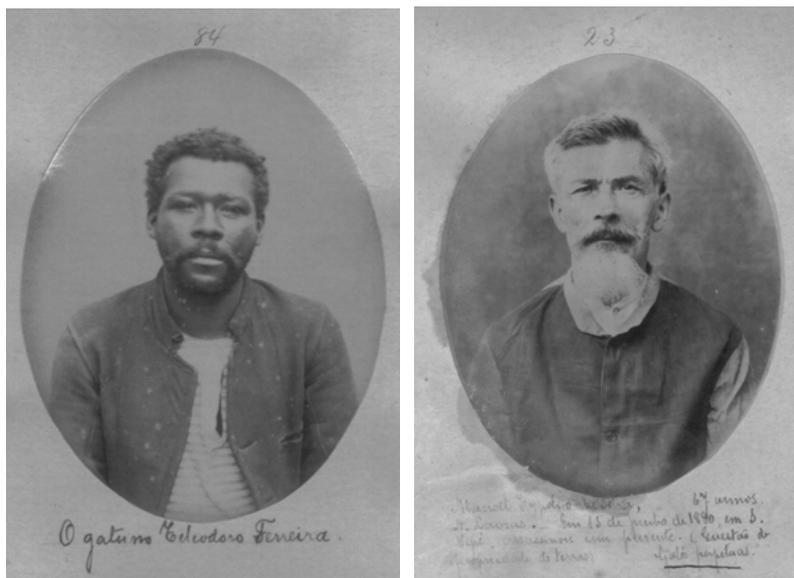
raças. Dividiu-os entre dolicocefalos (cabeça longa), mesatocéfalos (tipo intermediário) e braquicefalos (cabeça curta, arredondada). Sobre isso, Leão (1897, p. 215) diz: “É de notar-se o número elevado de dolicocefalos entre os negros, fato este de acordo com o princípio de antropologia de que a dolicocefalia é um caráter atávico, um estigma da organização dos africanos, de que são descendentes os nossos negros”. Com isso, ele concordou com o atavismo, mesmo que viesse a discordar depois. Indagou-se sobre a pouca constatação de dolicocefalia nos mulatos e disse ser necessário realizar estudos entre a população comum para melhor analisar essa questão. Pesavento (2009, p. 78) examina essa análise indicando que:

O autor da investigação concordava que, certamente, a antropologia consagrava os caracteres atávicos (dolicocefalia entre os descendentes de africanos), mas quanto à entrada em cena do elemento diferenciador do criminoso nato os dados não coincidem! Ou seja, o crânio dos criminosos mestiços não correspondia ao crânio típico do delinquente apontado pelo conhecimento científico europeu! Nosso cientista achava-se, sem dúvida, diante de um dado original e que, no seu entender, ainda não fora suficientemente explorado pela antropologia criminal.

A partir de tais apreciações, pode-se visualizar a reelaboração das teorias raciais no contexto gaúcho, visando torná-las mais próximas da realidade local. Elas não eram simplesmente importadas e aplicadas, mas apropriadas de maneira original pelo médico porto-alegrense.

Ao estudar sobre prognatismo, Leão (1897, p. 217) escreveu ser característica comum nos criminosos e que ele quase não a verificou entre os “indivíduos sãos”, sendo particularmente presente entre os detentos negros e mestiços. Quanto à inclinação da frente, concordou com Lombroso e defendeu ser uma característica do criminoso a inclinação fugitiva da frente, chamando a atenção para os mestiços que apresentavam o traço. Examinando os caracteres anatômicos dos detentos ele não conseguiu chegar a uma conclusão definitiva sobre os caracteres exteriores dos presos como ligados à propensão ao crime.

O segundo tipo de caracteres pesquisados pelo médico-legal foi os fisiológicos e patológicos. Leão afirmou que os criminosos dispunham de uma fisionomia especial, bastando olhar o álbum de fotografia produzido por ele para perceber tais estigmas físicos habituais dos delinquentes. Quanto à expressão no olhar de negros e crioulos, Leão a percebia não tão desagradável quanto a de caboclos, indiáticos e brancos (!) (LEÃO, 1897, p. 222). Abaixo, um exemplo desses presos fotografados por Leão e que teriam “uma fisionomia especial”:



(LEÃO, 1897, p. s/n)

Fica difícil concordar com Sebastião Leão, a partir das fotos acima. Afinal, o que havia de tão especial na fisionomia desses indivíduos? O que faria a expressão no olhar do detento negro ser menos desagradável do que a do branco? Essa análise exprime outra vez uma representação de diferenciação racial comum para a época e “estranha” para a atualidade.

Calcado no exame da sensibilidade à dor física pelos detentos em pequenas intervenções cirúrgicas, Leão (1897, p. 222) disse: “tenho notado que os indivíduos da raça branca, principalmente os italianos, são mais susceptíveis à dor física”. Também concluiu que os criminosos em geral suportavam e se curavam com mais facilidade de ferimentos graves. Sobre a constituição física, afirmou que os brancos se depauperam mais rápido ao entrar no presídio do que pretos e mestiços, que “resistem mais facilmente” (LEÃO, 1897, p. 224). A partir dessas assertivas, negros e mestiços aparecem como mais adaptáveis a condições adversas do que brancos.

Quanto à inteligência, novamente percebemos a utilização da hierarquização racial para qualificar tais indivíduos. Sublinha o médico:

Em geral afirmam os antropologistas que pode ser reputada abaixo da média a capacidade intelectual dos delinquentes. Aceito, plenamente, este conceito, pois que apenas 5 ou 6 presos, entre 226, revelaram-me inteligência clara.

Entre a grande massa o intelecto é rudimentar e não raro, entre os negros, indiáticos e caboclos, nota-se verdadeira obnubilação intelectual. (LEÃO, 1897, p. 225)

A partir desse excerto, vê-se tanto a diferenciação racial relacionada ao intelecto dos criminosos, quanto a diferenciação desses últimos para com as “pessoas honestas”. Ao escrever sobre a astúcia, o médico fez uma nova classificação racial, pois “a astúcia entre os

nossos pardos e mulatos é mais acentuada, seguindo-lhes brancos brasileiros, os estrangeiros, os caboclos e finalmente os negros, que são maus pianistas” (LEÃO, 1897, p. 225). Concluindo sobre os sentimentos específicos dos presos de cada raça, Leão não atribuiu diferença de sentimentos para as variadas raças, mesmo que percebamos essa posição em algumas afirmações como as citadas acima. Ao perguntar se “Estas noções de sentimento sofreram variantes, relativamente às raças?”, Leão respondeu: “Tanto quanto me tem ensinado a observação, posso dizer que não” (LEÃO, 1897, p. 235). Porém, quando se referiu aos sentimentos religiosos, afirmou serem os negros e crioulos mais sensíveis a isso.

Promissor é salientar algumas observações relativas aos sentenciados da Casa de Correção de Porto Alegre feitas por Sebastião Leão. Ele confirmou existirem características nesse local que não figuravam em nenhum livro dos “grandes mestres da antropologia” (1897, p. 239). Referiu como hábitos originais: a alegria; a associação dos presos para tornarem a vida menos incômoda; a inexistência de amizade dedicada; as raras rixas, que quando ocorriam eram decorrentes apenas do uso de álcool; a repugnância por traidores; e o uso de termos de respeito – como a utilização da intervenção “seu”, antes do nome de alguém em um posto hierarquicamente superior – dos “sentenciados mais estúpidos, os antigos escravos, referindo-se aos colegas de maior elevação intelectual” (LEÃO, 1897, p. 240).

Ao finalizar seu relatório, Sebastião Leão escreveu que através das suas pesquisas pretendia responder a duas perguntas:

- I. Existe diferença do crime do branco e do preto, do mulato e do caboclo, do nacional e do estrangeiro, do rio-grandense e do nortista; os caracteres anatômicos, fisiológicos e psicológicos variam nas diversas raças?
- II. O tipo do homem criminoso estabelecido por Lombroso existe; é o atavismo que faz o delinquente? (LEÃO, 1897, p. 243).

Para a primeira pergunta Leão afirmou não obter resposta alguma, pois o material que dispunha era deficiente. Quanto à segunda, o médico chegou a uma resposta negativa. Para Leão,

De fato, o criminoso não é um ser à parte na humanidade. [...] pode-se dizer que o criminoso não difere do homem virtuoso senão porque soube dominar suas paixões.

O grupo dos criminosos é, portanto, heterogêneo. Compreende ao mesmo tempo ricos e pobres, sábios e ignorantes, inteligentes e imbecis, fortes e fracos, e por isso encontramos explicação por que se pode achar entre eles naturezas as mais diversas, caracteres os mais opostos. (1897, p. 245).

O médico seguiu seu raciocínio criticando a teoria do atavismo de Lombroso. Para ele, “Se pais criminosos tem filhos criminosos, é a consequência da educação corruptora, da

assistência de repetidos e péssimos exemplos; trata-se, noutras palavras, de uma ação de meio antes que de uma ação hereditária propriamente dita” (LEÃO, 1897, p. 245). O médico concluiu seu relatório sustentando que “não é o atavismo, mas o meio social que faz o criminoso” (LEÃO, 1897, p. 246). Nesse sentido, segundo Leão, a polícia exercia um papel fundamental na ação civilizadora da sociedade.

Portanto, a partir dessa apreciação sobre o relatório de Sebastião Leão constatou-se a importância da ciência numa época em que o progresso, a circulação de ideias e as mudanças criminológicas assumiam enorme valor. Tudo isso sob o aval do Estado que legitimou os estudos desse médico legista. Conforme Pesavento, “O trabalho do diligente Doutor Sebastião Leão produziria seus frutos enquanto orientação para a conduta carcerária no estado.” (2009, p. 104). Através do trabalho da historiadora sabemos de diversas modificações levadas a cabo na instituição, as quais estavam inseridas em um contexto de reorganização desse espaço e da própria cidade, conforme preceitos do cientificismo e da noção de progresso.

O minucioso estudo empregado por Sebastião Leão permitiu-lhe chegar a conclusões próprias sobre como “surge” o criminoso, debatendo e utilizando aportes teóricos disponíveis no seu tempo, de forma a relacioná-los com a situação examinada. Além disso, percebe-se a intensa circulação de livros de um lado a outro do Atlântico. A produção consultada circulava principalmente de diversas partes da Europa para o Brasil. A leitura dessas obras não ocorria de maneira estanque, mas de forma a se apropriar com certo grau de originalidade e a partir do contexto local do que se lia. A construção dos argumentos de Leão ocorreu não apenas a partir da leitura de estudos médicos, mas também de magistrados e funcionários da polícia. Com isso, é possível intuir a complexidade desse debate que ligava diversas áreas do conhecimento. Há muitos estudiosos que o médico porto-alegrense apenas cita. Porém, outros ele usa como aporte importante para construir a sua argumentação: Alfonse Bertillon, Maudsley, Francotte, Laurent, Nina Rodrigues, Lombroso e Lacassagne.

Lombroso era professor de medicina legal e antropologia criminal em Turim e teve como principal obra *L'Uomo delinquente* [O homem Criminoso]. Sua primeira edição se deu em 1876 e foi traduzida para várias línguas. É nesse livro que ele desenvolve a teoria e o arquétipo do criminoso nato. Esse teria uma série de características fisionômicas que não seriam encontradas nas pessoas ditas honestas. Lombroso também estabeleceu um arquétipo quanto ao âmbito psíquico, à inteligência, à resistência à dor, à epilepsia. Como se viu acima, Sebastião Leão analisa alguns desses caracteres. Provavelmente foram as ideias centrais do *Homem Criminoso* as que mais se espalharam pelo mundo, sendo, de alguma forma, apropriadas por Sebastião Leão, mesmo que com discordâncias. O criminoso nato seria fruto

da degenerescência e do atavismo, em que a propensão ao crime e o contexto criminológico (marcado pelo alcoolismo, prostituição e doenças como a epilepsia e a meningite) seriam transmitidos hereditariamente. O criminoso nato de Lombroso não é o único tipo de criminoso descrito por ele. Entretanto, essa diferenciação de tipos não foi feita pelo médico porto-alegrense, pelo menos ao se referir à obra em sua pesquisa. Ele prendeu-se ao atavismo do criminoso nato quando tratou do colega italiano. No terreno da medicina legal, as teorias de Lombroso foram diversamente experimentadas, mesmo que para contrariá-las. Como médico da Casa de Correção de Porto Alegre, Sebastião Leão também pôs isso em prática, talvez justamente para contestar as doutrinas do médico de Turim.

Após a ampla tomada de conhecimento das ideias de Lombroso por parte do meio científico e jurídico, começaram a surgir cientistas contrários aos seus pressupostos. Como principal oponente estava o médico francês Lacassagne. Esse último construiu a concepção do criminoso a partir de um viés sociológico. Nesse sentido, “A essa visão crepuscular da criminalidade nascida no berço do atavismo e da degenerescência, ele opõe, pela primeira vez, sua concepção sociológica do crime em termos que, um século depois, permanecem de uma espantosa atualidade” (DARMON, 1991, p. 91). A partir dos estudos de Lacassagne, diversos estudiosos seguiram a sua linha de raciocínio em oposição a de Lombroso, de tal forma que Leão identificou a escola francesa e a escola italiana para diferenciar as duas maneiras de pensar.

Quanto aos autores citados como referenciais metodológicos encontram-se Maudsley e Bertillon. O primeiro era professor de medicina legal na Universidade de Londres. Sebastião Leão elucida que se dedicou aos estudos de antropologia criminal fazendo da Casa de Correção uma escola e dos criminosos os tipos de observação, conforme os ditames de Maudsley (1897, p. 191). Outro estudioso usado metodologicamente por Sebastião Leão foi Bertillon. Esse funcionário da polícia francesa sistematizou pela primeira vez um princípio para identificar criminosos recidivistas, conhecido como antropometria judiciária. A *bertillonage*, como foi chamada na época, foi inaugurada na França em fevereiro de 1888 e se espalhou pelo mundo. O desenvolvimento dessa técnica de identificação dos presos ultrapassava os embates teóricos e filosóficos de como se forma um criminoso, pois ela ajudaria a identificar o detento reincidente. A *bertillonage* entrou em declínio no final do século XIX, pois já se desenvolvia na Europa e na Argentina a técnica da datiloscopia, a qual já era conhecida de longa data na Índia e no Japão. Na Casa de Correção de Porto Alegre a coleta das digitais dos presos começou a acontecer a partir de 1908. Nesse estabelecimento, Leão executava várias medições. Podemos refletir se ele não pretendia fazer no Rio Grande

do Sul o que Berillon fez para a França, porém sem contar com a mesma estrutura desse último pra realizar o seu trabalho.

Além desses autores bastante citados por Sebastião Leão, outros também aparecem em sua obra para sustentar a sua análise. Mas, todos em menor grau e de modo a construir o seu argumento contrário a Lombroso. Com esse exame, podemos refletir sobre como se dá a construção de significados sobre a realidade empírica em cada sociedade. Para Chartier, “Pensar as práticas culturais em relação de apropriações diferenciais autoriza também a não considerar como totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos, as falas, ou os exemplos que visam moldar pensamentos e as condutas da maioria” (2004, p. 13). Com isso, a leitura não se limita em si mesma, pois se operam arranjos e desvios que manifestam cada apropriação específica. O conceito de apropriação de Michel Certeau (1994) ajuda a pensar as leituras realizadas por Leão em seu estudo. Ele teve como tática a escolha desses diversos autores para compor o seu estudo. A partir disso, o médico usou da estratégia de elaborar o seu discurso metodológico e teórico para realizar a análise dos presos. Como contra-discurso, ele se opôs à teoria de Cesare Lombroso de que o criminoso seria definido por características inatas e atávicas. A leitura, uma prática aparentemente passiva e que segue a formalidade do seu contexto social, também tem sua margem de negociação.

Juntamente com a produção escrita de seu estudo de antropologia criminal, Sebastião Leão contaria com um Laboratório Fotográfico na Oficina de Identificação da Casa de Correção de Porto Alegre, o qual funcionou desde 1896. Com tal ateliê fotográfico foi possível ao médico produzir um Álbum com as fotos de 101 presos<sup>9</sup>. A forma de fotografar os detentos foi especificada por Alphonse Bertillon na década de 1880. Para ele, as fotografias dos delinquentes não deveriam representá-los de forma artística como queriam muitos fotógrafos, mas “deveriam ser, ao contrário, de uma escrupulosa feiúra, de maneira a pôr em evidência verrugas, sinais, cicatrizes, barba e pequenas rugas” (DARMON, 1991, p. 222). Surgiram então as duas fotografias tradicionais de infratores: uma do perfil direito e outra da face. Essas passaram a ser acrescentadas à ficha antropométrica e deveriam ser tiradas à mesma distância e com as mesmas condições de iluminação. Além disso, Bertillon fixou regras sobre a fotografia realizada no local dos crimes e inventou a técnica do retrato falado, aperfeiçoada depois pelos doutores Reiss, de Lausanne, e Icard, de Marselha. O álbum produzido por Sebastião Leão seguiu em parte os preceitos de Bertillon, uma vez que

---

<sup>9</sup> A historiadora Sandra Pesavento reconstruiu em seu livro *Visões do Cárcere* (2009) a história dos condenados cruzando as informações do *Álbum Fotográfico*, do *Livro de Sentenciados* e dos processos-crime que conseguiu encontrar de cada um dos detentos fotografados.

apresentou as fotos sem realizar uma representação artística dos detentos. Porém, dos 101 presos fotografados, apenas 11 tiveram fotos de perfil. Isso pode não representar apenas má vontade do médico, mas também displicência do fotógrafo ou erro na revelação, ou talvez uma simples opção. Além disso, pode-se constatar o seguinte:

Por vezes parece que o que presidira a identificação não foram os centímetros, mas a apreciação pura do funcionário encarregado. [...] Os descuidos ou os padrões dos funcionários da Cadeia parecem que não colaboravam na tarefa científica na qual se empenhava o diligente Doutor Leão! (PESAVENTO, 2009, p. 127).

Nesse sentido, entende-se um presídio não como um lugar onde as individualidades se perdem, mas onde elas permanecem presentes e instigam um tipo de socialização que marca o ambiente do crime e do criminoso.

Quanto aos escritos históricos de Sebastião Leão, redigidos com o pseudônimo de Coruja Filho, eles também ilustram as concepções teóricas do período e se dirigem a um público mais amplo, contribuindo para a divulgação de tais teorias. As crônicas históricas publicadas no *Correio do Povo* com o nome de *Datas Rio-grandenses* mostram a concepção de história da época. Esses artigos foram publicados postumamente em forma de livro, em 1962. A obra se organiza de maneira extremamente factual percorrendo cada dia do ano e relembrando fatos que aconteceram em outros anos nessa mesma data. O autor destaca principalmente leis e fatos políticos. Alguns dos fatos, ele explica de maneira mais pormenorizada. Outra relação possível é entre esses escritos e o texto escrito por Aquiles Porto Alegre sobre a vida do médico. Aquiles destacou em seu texto qualidades e fatos que marcaram a vida profissional e intelectual do médico, o que o fez digno de ocupar as páginas do livro *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Esse material tinha por objetivo “concorrer suave e docemente, sem empolas de estilo artificioso, para a educação cívica dos nossos jovens patrícios, pondo-lhes diante dos olhos exemplos dignos de serem imitados” (PORTO ALEGRE, s.d., p. 13). Fica expressa a noção de que alguns homens seriam dignos de servir de exemplo para os jovens, própria da ideia de “História Mestra da Vida”, expressando a concepção histórica da época e indo ao encontro da mesma perspectiva adotada por Sebastião Leão ao destacar grandes feitos em *Datas Rio-Grandenses*. Sendo a segunda edição do livro de Aquiles Porto Alegre de 1917, percebemos que ambos os autores são contemporâneos. Com esses dois exemplos, conseguimos vislumbrar a perspectiva tradicional, por vezes chamada de “positivista”, de escrita de história, na qual ganham destaque os chamados “grandes homens” e os fatos políticos.

Partindo disso, essa historiografia fez uma história voltada à acumulação de dados e fatos, da qual o livro *Datas Rio-Grandenses* é um ótimo exemplo. Portanto, “os historiadores assumiram como sua tarefa a coleta dos ‘fatos históricos’ a partir das fontes – em geral documentos escritos e oficiais – que deveriam ser tratados com completa imparcialidade e isenção” (PETERSEN, 1998, p. 40). Essa visão da história privilegia os acontecimentos políticos e a análise empirista dos documentos oficiais, pretendendo entender o passado de forma neutra e objetiva. Ao realizar biografias históricas eram privilegiados os líderes políticos, mais visíveis nessas fontes. Aquiles Porto Alegre, ao escrever seu livro, segue a linha de biografia que destaca os grandes homens, os homens públicos, aqueles que aparecem nesse tipo de fonte. Como demonstra Schmidt:

[...] os biógrafos positivistas celebram os *heróis* da sociedade, dignos de servirem de exemplo para seus contemporâneos. Interessa a estes pesquisadores os atos públicos e os *feitos notáveis* dos personagens enfocados, dispostos em uma narrativa cronológica e linear, que aponte para a *evolução* e para o *progresso* que tais indivíduos experimentam ao longo da vida (1996, p. 167).

O próprio Leão ao ser biografado por Aquiles foi tido como um homem que deveria servir de exemplo para seus contemporâneos.

Outro exemplo interessante dos escritos históricos de Sebastião Leão, também redigido como Coruja Filho, é o texto publicado postumamente no *Almanak Histórico do Rio Grande do Sul*, em 1912, em que são perceptíveis elementos do racismo científico na sua concepção de história. O texto chama-se *Porto Alegre Velho: Os primeiros Açorianos* e versa sobre a chegada e instalação dos primeiros açorianos na capital gaúcha. O autor inicia o texto indagando por que nunca nenhum cronista buscou a relação dos primeiros casais que chegaram a Porto Alegre e se propõe a essa tarefa, citando os nomes destes. Ele segue uma escrita factual com dados sobre a chegada dos açorianos, mas também escreve sobre os caracteres físicos e morais desses povoadores, e como eles os legaram para o povo do Rio Grande do Sul. É possível perceber a utilização de critérios de classificação racial, comuns em sua época e em sua formação, que designavam características histórica e socialmente construídas como biológicas e inatas relativas a cada grupo racial. Para Leão, “Os filhos de Porto Alegre, em sucessivas gerações, têm perpetuado os caracteres físicos e morais dos honrados ilhéos lusitanos” (1912, p. 214). O autor segue o texto explicando as características do homem e da mulher lusitanos que seriam perpetuados na região de instalação dos casais. São descritas as características morais dos açorianos como algo que perpassa o tempo e o espaço. Por exemplo:

Tementes a Deus, aceitando a religião catholica, os açorianos tinham o espírito de tolerancia perfeitamente infiltrado, de modo que todas as idéias e sentimentos religiosos eram supportados em idêntico grau de consideração.

Trabalhadores infatigaveis, ordeiros economicos, honrados ao extremo, os açorianos detestavam os maldizentes e os calumniadores. (Ah! Como degeneraram alguns de seus descendentes!...)

[...] Affeito ao trabalho, mesmo o mais penoso, revelando sempre pronunciada tendencia para a posse da propriedade territorial, amigo do seu lar, o açoriano era inimigo da vida militar.

Pouco propenso á farda, era entretanto de grande fidelidade e valor, nos campos de batalha.

Amigo da liberdade, da independencia, os açorianos registram, nos seus annaes históricos, feitos valiosos revelando o seu amor pelos princípios liberaes.

Foi esta gente boa, pura, honesta que sérvio de argamassa á familia rio-grandense, legando a esta caracteres physicos e moraes, permitindo a sua notoriedade, na nacionalidade brasileira.

A *permanecia do typo* açoriano, em nosso meio, é ainda uma verdade, como demonstraremos, mais tarde, ao estudarmos a evolução do porto-alegrense (FILHO, 1912, p. 214-215).

Esse trecho é significativo para expressar como Leão classificava as pessoas a partir de critérios raciais, atribuindo-lhes características inatas, capazes de estabelecer lugares sociais para cada grupo racialmente definido. Sua produção historiográfica evidencia tal perspectiva, ao atribuir características “boas” ou “ruins” para determinados indivíduos. Nesse caso, vemos como se atribui toda uma gama de características comportamentais, morais e de afinidades somente pelo fato de certos indivíduos nascerem ou serem descendentes daqueles que nasceram na ilha de Açores. A visão da história gaúcha expressa por Leão em seus escritos provavelmente gozava de aceitação entre os leitores do jornal, já que ele escreveu sobre o tema durante oito anos consecutivos (1895-1903), parando apenas em decorrência do seu óbito.

Portanto, tanto o Leão médico como o Leão historiador compartilhavam de um ponto de vista semelhante a respeito da apropriação das teorias raciais. Em ambos, as raças são tratadas hierarquicamente, com brancos ocupando o topo e negros a base. Nesse sentido, destaca-se o viés racista que esse pensamento propagava. A particularidade do Leão médico reside em auferir ao meio a constituição do criminoso, quebrando com o determinismo biológico de Lombroso. Ao ser Coruja, por outro lado, Leão nos ajuda a entender a forma de escrever história naquela época.

## CONCLUSÃO

A trajetória de Sebastião Leão permite-nos refletir sobre a multiplicidade e a unicidade próprias a uma vida. Multiplicidade, porque ele percorreu diversos espaços, sendo alguns bem diferentes de outros. Múltiplo também, pois ele não foi apenas o médico porto-alegrense Sebastião Leão. Foi também o filho de pais com uma situação econômica favorável, o marido de Julieta Felizardo de Leão, o estudante gaúcho de medicina residente no Rio de Janeiro, o historiador Coruja Filho, o professor de medicina legal, o pai de uma menina que ficou órfã pelo lado paterno aos dois anos, etc. Por outro lado, vislumbra-se a unicidade de sua existência, visto que na sua atuação profissional estabeleceu uma continuidade, a qual lhe creditou visibilidade e legitimidade enquanto médico.

Através dessas colocações e deslocamentos é possível entender que a vida não é um todo coerente e linear. Ao contrário, ela expressa um processo dinâmico da inserção do agente em um contexto específico, mas também exposto às vicissitudes do tempo. A partir disso, o conceito de trajetória de Bourdieu permite compreender essa dinamicidade da vida e discordar da “ilusão biográfica” que as biografias tradicionais buscam expressar.

Foi possível igualmente estabelecer a relação da trajetória do médico Sebastião Leão com a formação de um campo intelectual. Campo em formação, pois não era nada autônomo em relação às instâncias políticas e econômicas. Através dessa situação se percebe certas nuances da atuação do governo estadual instituído pelo PRR, que, ao mesmo tempo em que incentivava o saber científico (incentivo exemplificado, inclusive, pelo apoio ao trabalho de Leão na cadeia civil), também permitia a liberdade da atuação médica.

Por último, através de aspectos específicos de sua vida – o cargo como médico na Casa de Correção e seus escritos históricos –, compreende-se como ele se apropriou das teorias raciais de forma a dialogar com esses pressupostos científicos que então circulavam internacionalmente. Nesse sentido, ele se apropriou dessas teorias para explicar o contexto diversificado em que vivia, tornando-as mais próximas de sua realidade, mesmo que tenha reproduzido a ideia vigente de hierarquização humana através das raças.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

ABOTT, João. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilho presidente do estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abott secretario de estado dos negócios do interior e exterior em 30 de julho de 1897*. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1895. 204 p.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, 01, 1896 jan.

FILHO, Coruja. *Datas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Globo, 1962. (publicação póstuma)

*Gazeta Americana*, Porto Alegre, 01, 1892 dez.

LEÃO, Dr. Sebastião. *Da intervenção operatório nos traumatismos do cérebro e da Medulla*. These inaugural: Sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 19 de dezembro de 1888. Aprovado plenamente. Rio de Janeiro: Typ. A. Reynaud, 77; Rua da Alfândega.1888.

*Os criminosos do Rio Grande do Sul. Album Photographico organizado pelo Dr. Sebastião Leão*, Diretor da Officina de Anthropologia Criminal. Porto Alegre, 1897.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, [1980?]. 235 p. [Reproduz na íntegra, com atualização da ortografia, a 2.ed., publicada em 1917].

Processo-crime 4, maço 312, estante 5675. APERS.

Relatório do Doutor Sebastião Leão, médico da Polícia, anexo ao Relatório da Secretária de Estado dos negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul de 1897. IN: 1º SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PESQUISA DO AHRS, 2001, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001. 01 CD.

### FONTES SECUNDÁRIAS

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: TRINDADE, Hélio (Org.). *O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p.391-418.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. IN: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Dicionário biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Brasília, DF: CFP, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. SP: UNESP, 2004.
- DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 2005. p. 13-34.
- FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense: Síntese cultural e histórica*. São Paulo: Ramos, Franco, 1943.
- FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 4ed.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- HEINZ, Flávio M. (org.). 2006. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.7-15;
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.
- MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virgínia. História e teoria política. IN: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (coord.) *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2011. p. 55-72.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Recordação da Casa dos Mortos: Introdução ao relatório do Dr. Sebastião Leão. In: 1º SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PESQUISA DO AHRs, 2001, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001. 01 CD.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria*”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. A construção de uma Porto Alegre imaginária – uma cidade entre a memória e a história. In: GRIJÓ, Luiz Alberto... [et al.]. *Capítulos da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 179-208.

\_\_\_\_\_. *Visões do Cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade*. Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SCHMIDT, Benito Bisso. O Gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. Porto Alegre: PPG em história da UFRGS, n.6, dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, nº41, p. 11-126. 2001.

\_\_\_\_\_. História e biografia. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Novo do mínimos da história*. ELVISIER: 2011. p.187-205.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. 95p.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2ª Ed.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 31-48; 97-105.

VIEIRA, Felipe. “Fazer a classe”: Identidade, representação e memória na luta do sindicato médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). Dissertação, UFRGS: Porto Alegre, 2009.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.